

Anais do II Encontro EPIC

Extensão, Pesquisa,
Internacionalização
e Iniciação científica



2021

*"EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
EM TEMPOS DE PANDEMIA"*



Estácio Carapicuíba
e Estácio Cotia



RESUMOS

II Encontro de Extensão, Pesquisa, Internacionalização e Iniciação Científica – II ENCONTRO EPIC

Data do Encontro: 22 DE JUNHO DE 2021.

Local: Plataforma virtual – Microsoft TEAMS

Edição on-line

Aviso

Todos os autores são responsáveis pelas opiniões emitidas e pelo conteúdo de seus resumos.

A REDE adota a licença Creative Commons e a política de acesso aberto, portanto, os textos ficarão disponíveis para que qualquer pessoa leia, baixe, copie, imprima, compartilhe, reutilize e distribua, com a devida citação da fonte e autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

PROGRAMAÇÃO

O objetivo do evento foi proporcionar à comunidade acadêmica espaço para a apresentação e discussão de trabalhos científicos, nacionais e internacionais, das diversas áreas de conhecimento. O tema da Jornada de Pesquisa, Extensão e Internacionalização foi “EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA”.

O Evento foi realizado no dia 22/06/2021 nos canais de ensino remoto disponibilizados pelas Faculdades Estácio de Carapicuíba e Estácio de Cotia. Ele foi composto por apresentações voltadas à Extensão, Pesquisa (incluindo Iniciação Científica) e Internacionalização, distribuídas em dois períodos. Na parte da tarde, todas as atividades ocorreram na mesma sala virtual (Sala Principal). Já no período da noite, as atividades entre as 19:00 e as 21:10h também ocorreram em uma Sala Principal, com as apresentações subsequentes tendo sido distribuídas em oito salas diferentes, com focos em diferentes eixos temáticos.

22/06 – TARDE

14:30h – Abertura

- **Apresentação dos resultados de Pesquisa e Extensão das unidades**

15:00h – Pesquisa e Produtividade

- *“O PAPEL MODULADOR DE VESÍCULAS EXTRACELULARES PROVENIENTES DE LINHAGEM TUMORAL DE MAMA CULTIVADAS EM MICROAMBIENTE ÁCIDO NAS CÉLULAS ENDOTELIAIS”* – **Profa. Ana Carolina Ralph**

- *“IMPACTOS AMBIENTAIS E À SAÚDE ASSOCIADOS AO DESCARTE INADEQUADO DE MEDICAMENTOS”* – **Profa. Alessandra Majer**

16:00h – Extensão

- *“PROJETO DIFIMTEC: DIVULGAÇÃO DE FERRAMENTAS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, MATERIAIS E TÉCNICAS DA ENGENHARIA CIVIL, ATRAVÉS DA INTERAÇÃO ACADEMIA-SOCIEDADE NA CIDADE DE CARAPICUÍBA – SP”* – **Profa. Daisy Rodrigues**

- *“DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE APLICATIVO SOBRE PREVENÇÃO DE HIV/AIDS PARA DISCENTES DA ÁREA DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR”* – **Prof. Alexis Silva**

- *“EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TERCEIRA IDADE – ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA”* – **Prof. Antonio Moreira Junior**

17:00h – Comunicações Orais – TCC, IC, Submissões Externas

- *“USO DE APLICATIVOS MÓVEIS CONSTRUÍDOS PARA DISCENTES DA ÁREA DA SAÚDE”* - **Fabiana A. S. Ferreira; Jheniffer C. R. Souza; Alexis, P. Silva**
- *“AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O DESCARTE INADEQUADO DE MEDICAMENTOS E SUAS IMPLICAÇÕES”* - **Narriman V. P. Benicio, Neidmar F. Cajaiba, Ludmila N. Rapado**
- *“COMUNICAÇÃO DE MARKETING DE UMA REDE DE FAST-FOOD E SEU PÚBLICO-ALVO: UM ESTUDO SOBRE O CONSUMIDOR DO BURGER KING”* - **Maria Anthônia C. Sestini; Pedro F. Souza; Katharina G. Veronese; Liana C. N. Peçanha**

22/06 – NOITE

19:00h – Mesa Redonda - Internacionalização

- *“INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ALUNOS E PROFESSORES”* - **Profa. Débora Ribeiro, prof. Ricardo Ribeiro, Edy J. A. Abulhossem, Guilherme S. Martins, Rita C. B. Campos**

20:00h – Pesquisa e Produtividade

- *“ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DE “WETLANDS” CONSTRUÍDAS NO TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO CONTAMINADO COM INTERFERENTES ENDÓCRINOS”* – **Profa. Julyenne Bampa**

20:30h – Extensão

- *“EXTENSÃO E COMPETÊNCIA DOS DISCENTES DO CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA POR MEIO DA CRIAÇÃO DE AGÊNCIA EXPERIMENTAL PARA A DIVULGAÇÃO, ÉTICA E RESPONSÁVEL, DE EVENTOS E CAMPANHAS SOCIAIS”* – **Prof. Vladimir Luck Junior**
- *“ORATÓRIA E ARGUMENTAÇÃO”* – **Prof. Raphael Retucci**

21:10h – Comunicações Orais – TCC, IC, Submissões Externas

SALA 1 – CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E SAÚDE I

- *“PRÉ-ACADÊMICO VESTIBULAR SOLIDÁRIO: POSSIBILIDADES DE ENCONTRO ENTRE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO NA EXTENSÃO”*
- *“ANÁLISE DO PADRÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS DE DISCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO”*
- *“A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NO AMBIENTE ESCOLAR SOBRE A COMPOSIÇÃO CORPORAL E APTIDÃO CARDIORRESPIRATÓRIA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO”*
- *“EFEITOS DA SUPLEMENTAÇÃO DE L-LEUCINA NAS CONCENTRAÇÕES DE GLICOSE E LACTATO SANGUÍNEO E SUA RELAÇÃO COM O CONTROLE DO APETITE APÓS O SPRINT”*

SALA 2 – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SAÚDE II

- *“A MAMOGRAFIA COMO MÉTODO EFICAZ DE RASTREIO E DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA”*
- *“IODOTERAPIA PARA PACIENTES COM HIPERTIROIDISMO CAUSADO POR DOENÇA DE GRAVES”*
- *“FENILCETONÚRIA: UM PANORAMA DO TESTE DO PEZINHO SOB O OLHAR DA ENFERMAGEM”*
- *“IMPORTÂNCIA DO PRÉ NATAL, NA PREVENÇÃO DA SÍFILIS CONGÊNITA”*

SALA 3 – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SAÚDE III

- *“AS CONSEQUÊNCIAS DO DIAGNÓSTICO TARDIO PARA O PORTADOR DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA”*
- *“CONSUMO DE DROGAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO: RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO POR CAMPANHA VIRTUAL”*
- *“CÂNCER DE MAMA SINTOMAS, TRATAMENTOS, CAUSAS E PREVENÇÃO: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA”*

SALA 4 – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SAÚDE IV

- *“ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO AS COMPLICAÇÕES ASSOCIADAS Á VENTILAÇÃO MECÂNICA EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA”*
- *“INTERVENÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO AO CLIENTE ADULTO EM SITUAÇÕES DE CUIDADOS PALIATIVOS: A HUMANIZAÇÃO FRENTE AOS CUIDADOS TERMINAIS”*
- *“O CAMINHO – GRUPO DE HUMANIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA”*
- *“OBSTÁCULOS QUE PERMEIAM A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER”*

SALA 5 – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SAÚDE V

- *“O POTENCIAL TERAPÊUTICO DOS CANABINÓIDES PARA DORES CRÔNICAS”*
- *“A APLICABILIDADE DO ÓLEO ESSENCIAL DE MELALEUCA ALTERNIFOLIA NO TRATAMENTO DA ACNE”*
- *“DOENÇA DE PARKINSON, USO DE CANNABIS SATIVA EM SEU TRATAMENTO”*
- *“OS RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E O USO DO CITRATO DE SILDENAFILA”*

SALA 6 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I

- *“ADOÇÃO DE BRASILEIRO POR ESTRANGEIROS”*
- *“DA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS E A LEGISLAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO E INTERNACIONAL”*
- *“GESTÃO JUDICIAL DURANTE PERÍODO PANDÊMICO: O TELETRABALHO COMO REGRA PARA O FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS FEDERAIS REPRESENTA UMA QUEBRA DE PARADIGMA?”*
- *“A FORMA REMOTA, O TELETRABALHO NO TJ-SP, TRATA-SE DE UMA QUEBRA DE PARADIGMA DA JURISDIÇÃO PERANTE A CRISE SANITÁRIA MUNDIAL?”*

SALA 7 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS II

- *“A FORMA REMOTA, O TELETRABALHO DOS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA COMUM CRIMINAL ESTADUAL E A QUEBRA DO PARADIGMA DA JURISDIÇÃO TRADICIONAL EM MEIO À CRISE EPIDEMIOLÓGICA”*
- *“AS PERSPECTIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO”*
- *“ADOÇÃO DE PESSOA MAIOR E CAPAZ. DEFICIÊNCIAS NA LEGISLAÇÃO NO QUE CONCERNE A SUA ESPECIFICIDADE”*
- *“ADOÇÃO À BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE O SISTEMA BUROCRÁTICO E O MELHOR INTERESSE DO MENOR”*

SALA 8 – CIÊNCIAS HUMANAS E ENGENHARIAS

- *“O QUE É SER HUMANO? UM ESTUDO SOBRE DATA DE STAR TREK”*
- *“REFLEXÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)”*
- *“EFICIÊNCIA DE LEITOS CULTIVADOS NO TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA”*
- *“MODELAGEM NÚMÉRICA APLICADA AO ESTUDO DO PERFIL DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL NA CIDADE DE CARAPÍCUIBA”*



COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Alessandra Pereira Majer	Ciências Biológicas e Saúde
Profa. Dra. Ana Carolina Lima Ralph	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Dr. Antonio Sabino da Silva Filho	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Dr. Carlos Eduardo da Silva Fontoura	Engenharias
Profa. Ma. Carolina Belli Amorim de Sá	Ciências Sociais Aplicadas
Profa. Dra. Daisy Catharina Rodrigues	Engenharias
Prof. Dr. Dalton Giovanni Nogueira da Silva	Ciências Biológicas e Saúde
Profa. Ma. Débora Queiroz Oliveira Feres Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas
Profa. Ma. Edna Aparecida Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas
Prof. Me. Elias de França	Ciências Biológicas e Saúde
Profa. Dra. Elisabete Barbosa Castanheira	Ciências Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Fernando Alves Santa Rosa	Ciências Biológicas e Saúde
Profa. Dra. Julyenne Meneghetti Campos Bampa	Engenharias
Prof. Me. Livia Vieira Lisboa	Ciências Sociais Aplicadas
Profa. Dra. Ludmila Nakamura Rapado	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Me. Luiz Faustino dos Santos Maia	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Me. Marcus Vinicius Massa Fernandes	Engenharias
Prof. Me. Ricardo Feres Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas
Prof. Me. Vladimir Lucki Junior	Ciências Humanas

GESTORES DAS UNIDADES

Prof. Esp. Ricardo Bianchi	Diretor da Estácio Carapicuíba
Prof. Me. Pedro Renan Debiazi	Diretor Acadêmico da Estácio Carapicuíba
Profa. Esp. Fernanda Alves dos Santos	Diretora da Estácio de Cotia
Prof. Me. André Tonin Ferrari	Diretor Acadêmico da Estácio de Cotia
Profa. Ingrid Bonfim	Supervisora Acadêmica da Estácio de Cotia
Profa. Dra. Alessandra Pereira Majer	Coordenadora de Pesquisa e Extensão (unidades Carapicuíba e Cotia) e Editora dos Anais

RESUMOS DE ACORDO COM OS EIXOS TEMÁTICOS

Ciências Biológicas e Saúde

A MAMOGRAFIA COMO MÉTODO EFICAZ DE RASTREIO E DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA	1
André, V. L.; Andreo, A.; Fontoura, C. E. S.	
CÂNCER DE MAMA SINTOMAS, TRATAMENTOS, CAUSAS E PREVENÇÃO: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA	2
Santos, J. T.; Rogério, L. V.; Pereira, D. P.; Fontoura, C. E. S.	
IODOTERAPIA PARA PACIENTES COM HIPERTIROIDISMO CAUSADO POR DOENÇA DE GRAVES	3
Rodrigues, S. A. S.; Chaves, L. M. R.; Fontoura, C. E. S.	
O PAPEL MODULADOR DE VESÍCULAS EXTRACELULARES PROVENIENTES DE LINHAGEM TUMORAL DE MAMA CULTIVADAS EM MICROAMBIENTE ÁCIDO NAS CÉLULAS ENDOTELIAIS	4
Ralph, A. C. L.; Freitas, V. M.	
AUTOMEDICAÇÃO – UMA PRÁTICA PERIGOSA	6
Ralph, A. C. L.	
DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE APLICATIVO SOBRE PREVENÇÃO DE HIV/AIDS PARA DISCENTES DA ÁREA DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	8
Brito, C. V.; Ferreira, F. A. S.; Souza, J. C. R.; Silva, A. P.	
USO DE APLICATIVOS MÓVEIS CONSTRUÍDOS PARA DISCENTES DA ÁREA DA SAÚDE	10
Ferreira, F. A. S.; Souza, J. C. R.; Silva, A. P.	
O CAMINHO – GRUPO DE HUMANIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	11
Coriolano, A. M. M.; Ramos, P.	
IMPACTOS AMBIENTAIS E À SAÚDE ASSOCIADOS AO DESCARTE INADEQUADO DE MEDICAMENTOS	12
Majer, A. P.	
CONSUMO DE DROGAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO: RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO POR CAMPANHA VIRTUAL	14
Oliveira, R. M.; Majer, A. P.	
ANÁLISE DO PADRÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS DE DISCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO	16
Junior, M. S. S. O.; Majer, A. P.	
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TERCEIRA IDADE – ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	18
Moreira Junior, A.	
A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NO AMBIENTE ESCOLAR SOBRE A COMPOSIÇÃO CORPORAL E APTIDÃO CARDIORRESPIRATÓRIA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	20
Izidoro, N. I.; Caperuto, E. C.; Marques, L. R.	

EFEITOS DA SUPLEMENTAÇÃO DE L-LEUCINA NAS CONCENTRAÇÕES DE GLICOSE E LACTATO SANGUÍNEO E SUA RELAÇÃO COM O CONTROLE DO APETITE APÓS O SPRINT INTERVALADO DE ALTA INTENSIDADE	21
Almeida, L.; Santos, S. G.; Lima, C. M.; Caperuto, E. C.; de França, E.	

Ciências Humanas

O QUE É SER HUMANO? UM ESTUDO SOBRE DATA DE STAR TREK	22
Cardoso, V. E. P.	
PRÉ-ACADÊMICO VESTIBULAR SOLIDÁRIO: POSSIBILIDADES DE ENCONTRO ENTRE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO NA EXTENSÃO	24
Ramos, P.; Sena, M. E.; Coriolano Junior, A. M. M.	

Ciências Sociais Aplicadas

DA ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS E A LEGISLAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO E INTERNACIONAL	26
Pardo, C. L. F.; Ribeiro, D. Q. O. F.	
ADOÇÃO DE PESSOA MAIOR E CAPAZ. DEFICIÊNCIAS NA LEGISLAÇÃO NO QUE CONCERNE A SUA ESPECIFICIDADE	27
Sampaio, J. O.; Ribeiro, D. Q. O. F.	
ADOÇÃO À BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE O SISTEMA BUROCRÁTICO E O MELHOR INTERESSE DO MENOR	28
Souto, N. B.; Ribeiro, D. Q. O. F.	
ADOÇÃO DE BRASILEIRO POR ESTRANGEIROS	30
França, Y. B.; Ribeiro, D. Q. O. F.	
AS PERSPECTIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO	31
Voltolini, A.; Ribeiro, R. F.	
GESTÃO JUDICIAL DURANTE PERÍODO PANDÊMICO: O TELETRABALHO COMO REGRA PARA O FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS FEDERAIS REPRESENTA UMA QUEBRA DE PARADIGMA?	33
Santos, A. J.; Ribeiro, R. F.	
A FORMA REMOTA, O TELETRABALHO DOS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA COMUM CRIMINAL ESTADUAL E A QUEBRA DO PARADIGMA DA JURISDIÇÃO TRADICIONAL EM MEIO À CRISE EPIDEMIOLÓGICA	35
Silva, L. V. J.; Ribeiro, R. F.	
A FORMA REMOTA, O TELETRABALHO NO TJ-SP, TRATA-SE DE UMA QUEBRA DE PARADIGMA DA JURISDIÇÃO PERANTE A CRISE SANITÁRIA MUNDIAL?	37
Oliveira, Y. A.; Ribeiro, R. F.	



EXTENSÃO E COMPETÊNCIA DOS DISCENTES DO CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA POR MEIO DA CRIAÇÃO DE AGÊNCIA EXPERIMENTAL PARA A DIVULGAÇÃO, ÉTICA E RESPONSÁVEL, DE EVENTOS E CAMPANHAS SOCIAIS **39**

Lucki Junior, V.; Silva, F. C.; Rosa, L. R. R. G.; Martins, J. O.; Silva, R. A.

COMUNICAÇÃO DE MARKETING DE UMA REDE DE FAST-FOOD E SEU PÚBLICO-ALVO: UM ESTUDO SOBRE O CONSUMIDOR DO BURGER KING **41**

Sestini, M. A. C.; Souza, P. F.; Veronese, K. G.; Peçanha, L. C. N.

Engenharias

EFICIÊNCIA DE LEITOS CULTIVADOS NO TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA **43**

Oliveira Junior, A.; Campos, J. M.

PROJETO DifimtEC: DIVULGAÇÃO DE FERRAMENTAS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, MATERIAIS E TÉCNICAS DA ENGENHARIA CIVIL, ATRAVÉS DA INTERAÇÃO ACADEMIA-SOCIEDADE NA CIDADE DE CARAPICUÍBA – SP **44**

Rodrigues, D. C.

MODELAGEM NÚMÉRICA APLICADA AO ESTUDO DO PERFIL DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL NA CIDADE DE CARAPÍCUIBA **45**

Oliveira, J. F.¹; Silva, R. A. M.¹; Fontoura, C. E. S.

A MAMOGRAFIA COMO MÉTODO EFICAZ DE RASTREIO E DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA

André, V. L.¹; Andreo, A.¹; Fontoura, C. E. S.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O câncer de mama é uma das neoplasias que mais acomete as mulheres no Brasil, a estimativa de incidências para o ano de 2019 foi de 59.000 novos casos, representando 29% das neoplasias em mulheres. Existem alguns fatores que contribuem para o seu aparecimento como idade, vida reprodutiva, fatores genéticos, estilo de vida e gênero. Esta patologia é um grande problema de saúde pública devido aos altos custos associados ao seu tratamento e do seu impacto em morbimortalidade. O exame mais comum e eficiente para o seu rastreio e diagnóstico precoce é a mamografia. No entanto, em algumas situações específicas a mamografia tem sua eficácia afetada, dificultando a detecção dos tumores e acarretando muitas vezes um falso diagnóstico. Estes fatos têm estimulado a proliferação de informações incorretas sobre o assunto que interferem na adesão da população a este exame. Tendo em vista as informações mencionadas, o presente trabalho teve por objetivo específico apresentar uma breve revisão bibliográfica acerca da mamografia como método eficaz no rastreio e diagnóstico do câncer de mama. Foram discutidas as limitações da mamografia e apontadas as técnicas disponíveis para melhorar a qualidade do rastreio e diagnóstico do câncer de mama. Neste contexto, foi dada a atenção ao uso crescente de algoritmos baseados em inteligência artificial. A metodologia empregada foi a realização de um levantamento da bibliografia em português, publicadas em bases indexadas, como o Scielo, CBR, LiLACS e em sites como o do Google Scholar, Instituto Nacional do Câncer e do Ministério da Saúde, entre os anos de 2000 e 2020. As palavras pesquisadas foram “câncer de mama”, “diagnóstico do câncer de mama” e “rastreio do câncer de mama”. O estudo concluiu que a mamografia é o método mais eficaz para rastreio e diagnóstico de câncer de mama. Quando realizado rotineiramente pela mulher a partir dos 40 anos diminui a mortalidade entre 10% e 35% quando comparado com as mulheres que não fazem. No Brasil, o Ministério da Saúde recomenda a mamografia bienal na faixa etária de 50 a 69 anos. A comunidade médica recomenda o rastreamento pela mamografia anual a partir dos 40 anos.

Palavras-Chave: mamografia; câncer de mama; métodos diagnósticos.

CÂNCER DE MAMA SINTOMAS, TRATAMENTOS, CAUSAS E PREVENÇÃO: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Santos, J. T.¹; Rogério, L. V.¹; Pereira, D. P.¹; Fontoura, C. E. S.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

O câncer de mama é uma doença crônica e o segundo tipo de câncer mais prevalente entre as mulheres do Brasil, ficando atrás apenas do câncer de pele. Em 2018 ocorreram 2,1 milhões de casos novos no mundo. Este é uma doença causada pela multiplicação desordenada de células da mama e a doença pode evoluir de diferentes formas. Não há uma única causa para o câncer, podendo ser causado pela genética ou fatores reprodutivos, mas quanto maior a idade, maior o risco de ter a doença. Este tipo de câncer causa o aparecimento de nódulos, geralmente indolores, duros e irregulares. O seu tratamento depende da fase em que o câncer se encontra e pode envolver quimioterapia, radioterapia e cirurgia. Segundo o instituto nacional do Câncer mais de 95% das mulheres nas quais o câncer de mama se encontra na fase Inicial pode ser curada. No presente estudo foi feita uma revisão de literatura acerca do câncer de mama, enfatizando sua fisiopatologia, epidemiologia e etiologia, bem como suas manifestações clínicas, métodos diagnósticos e tratamento radioterápico. Como objetivo específico este estudo pretendeu obter informações de forma clara sobre essa patologia, ressaltando a importância do rastreio assegurado por lei, do diagnóstico precoce suplementado por um tratamento eficiente, seja ele radioterápico ou não. A metodologia empregada foi a realização de um levantamento da bibliografia em português, publicada em bases indexadas como o SCIELO, LILACS e BVS com artigos publicados e veiculados entre os anos de 2005 e 2021. As principais palavras-chave pesquisadas foram “câncer de mama”, “diagnóstico precoce” e “tratamento radioterápico”. Também foram utilizados os sites Instituto Nacional do Câncer e Ministério da Saúde. Foram analisados 9 artigos em português com temas de Oncologia e Radioterapia. A partir do presente trabalho, foi possível compreender a importância do conhecimento sobre o câncer de mama, em específico sobre seus sintomas, tratamento, fatores de risco e prevenção. É esperado que estudos como este contribuam com diminuição da proliferação de informações incorretas sobre o assunto.

Palavras-Chave: câncer de mama; diagnóstico; tratamento.

IODOTERAPIA PARA PACIENTES COM HIPERTIROIDISMO CAUSADO POR DOENÇA DE GRAVES

Rodrigues, S. A. S.¹; Chaves, L. M. R.¹; Fontoura, C. E. S.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A glândula tireoide é crucial para o bom funcionamento do corpo humano pois é responsável por funções importantes relacionadas ao metabolismo. Órgãos vitais como fígado, rins, cérebro e coração, são regulados pela tireoide. O crescimento normal dos cabelos, unhas, dentes, bem como o desenvolvimento para a maturação dos órgãos do feto ainda na gestação, são eventos dependentes dos hormônios T3 e T4, oriundos do hormônio estimulador da tireoide. Quando essa glândula tem algum tipo de problema, parando de fabricar os hormônios ou fabricando de forma acelerada, aparecem algumas doenças como, por exemplo, a doença de Graves, que é a principal causa do hipertireoidismo. O hipertireoidismo acelera o metabolismo do corpo levando à perda de peso, intolerância às altas temperaturas, tremor e ansiedade. Os portadores desta patologia podem precisar de cirurgia e/ou receber tratamento com drogas antitireoidianas, assim como pode ser indicada a utilização de iodo radioativo. A expectativa da utilização da Iodoterapia leva esperança na cura da doença e melhora a qualidade de vida para os pacientes com hipertireoidismo causado pela doença de Graves, apresentando suas vantagens e desvantagens. Nesse sentido, é exigido o respeito aos protocolos de radioproteção tanto para o paciente, quanto para todos os envolvidos na área médica. A partir dos fatos mencionados acima, o presente estudo tem como objetivo específico a realização de uma revisão da literatura acerca do hipertireoidismo causado pela doença de Graves, enfatizando sua epidemiologia, causas e fatores de risco, bem como suas manifestações clínicas, métodos diagnósticos e tratamento, objetivando o aprofundamento do conhecimento sobre o tema. A metodologia empregada foi o levantamento da bibliografia produzida e publicada em bases indexadas como SciELO, LILACS, entre os anos de 2001 e 2021. As palavras-chave pesquisadas foram “tireoide”, “hipertireoidismo”, “doença de Graves” e “iodoterapia”. Foram analisados “16” artigos em português, sendo que a escolha desses autores se deu à maior variedade de conteúdos apresentada sobre o tema e respectiva credibilidade. O estudo concluiu que de acordo com as pesquisas investigadas, o tratamento com iodoterapia possui inúmeras vantagens em relação a outros tratamentos da Doença de Graves.

Palavras-Chave: iodoterapia; hipertireoidismo; doença de Graves.

O PAPEL MODULADOR DE VESÍCULAS EXTRACELULARES PROVENIENTES DE LINHAGEM TUMORAL DE MAMA CULTIVADAS EM MICROAMBIENTE ÁCIDO NAS CÉLULAS ENDOTELIAIS

Ralph, A. C. L.¹; Freitas, V. M.²

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

² Universidade de São Paulo – USP – SP

Tumores sólidos, tais como câncer de mama, possuem um microambiente particularmente hostil devido a perfusão sanguínea insuficiente, supressão de células regulatórias, distúrbios metabólicos, dentre outros fatores que dificultam as terapias antitumorais. Células tumorais adaptadas à essas condições, passam por uma seleção natural, adquirindo características que favorecem diretamente a progressão tumoral. Apesar de muitos estudos terem demonstrado diferenças importantes entre o interstício da célula tumoral e o da célula normal, as funções celulares nessas condições permanecem pouco conhecidas. Levando em consideração a significância do microambiente na progressão do câncer, esse estudo visa avaliar a capacidade da acidose em modular proteínas e adesão celular promovendo a angiogênese através da influência de microvesículas tumorais sobre as células endoteliais. Evidências tem indicado a transferência significativa de informações intercelulares via liberação extracelular de microvesículas e exossomos, coletivamente chamadas vesículas extracelulares (VEs). Vesículas extracelulares são populações heterogêneas de nano a microvesículas, de ocorrência natural, liberada essencialmente por todos os tipos celulares. VEs são formadas por uma bicamada lipídica com tamanho que pode variar entre 30 e 10.000 nm de diâmetro. Recentemente, elas têm emergido como um importante componente de comunicação intercelular, principalmente pela habilidade de transferir conteúdo biológico (proteínas, lipídios, ácidos nucleicos) de uma célula para outra. Tal capacidade possibilita a regulação de diversos processos celulares: reparo tecidual, manutenção do fenótipo tronco, dentre outros. A habilidade das VEs de transmitir seu conteúdo de uma célula doadora para uma célula receptora, parece ser sua característica mais interessante com potencial de ser utilizado em diversas aplicações, como biomarcador ou carreador de fármacos, por exemplo. No tecido tumoral, as VEs possuem importante papel no microambiente, podendo migrar para lugares distantes do tumor primário para facilitar metástases subsequentes. Nesse contexto, as VEs contribuem de diversas formas para a progressão tumoral: na transferência de informações oncogênicas, na modulação imune e, principalmente na formação do nicho pré-metastático. No presente estudo serão utilizadas as linhagens de adenocarcinoma mamário MDAMB-231 e de veias do cordão umbilical humano HUVEC (Human Umbilical Vein Endothelial Cells). A partir do cultivo de MDAMB-231 em pH 6,2 por 24h (exposição aguda) e a cada 72h por 4 semanas (exposição crônica), serão coletadas as microvesículas extracelulares produzidas e colocadas em contato com células endoteliais para verificação da modulação de proteínas relacionadas ao processo de angiogênese e a capacidade de adesão célula-substrato. Os resultados obtidos irão contribuir para o entendimento de em quê o microambiente ácido pode influenciar nas alterações angiogênicas de forma a colaborar para a progressão do tumor. Como resultados parciais, a quantificação de VE utilizando método de quantificação via equipamento NanoSight®, aponta o aumento significativo (3x mais concentração total de

vesículas em relação ao número de células) na produção de VE em células MDAMB-231 na exposição crônica. Outra informação interessante é que a exposição aguda induz aumento de exossomos (partículas entre 30-110nm) enquanto a exposição crônica induz aumento de microvesículas (partículas > 110nm). Esses resultados parciais sugerem que o pH ácido influencia no aumento da comunicação intercelular através de vesículas, o que reafirma a importância de investigar esse efeito no mecanismo de angiogênese, na qual se trata o próximo passo da pesquisa que está em andamento.

Palavras-Chave: microambiente tumoral; reprogramação metabólica; heterogeneidade tumoral; plasticidade tumoral; acidose.

AUTOMEDICAÇÃO – UMA PRÁTICA PERIGOSA

Ralph, A. C. L.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A saúde é uma preocupação contínua dos indivíduos de um modo geral. Ela envolve um conceito abrangente, desde 1948, quando a Organização Mundial de Saúde estabeleceu que a mesma não é apenas a ausência de doença, mas envolve o bem-estar físico, mental e social. Nesse nível de abrangência, cada vez mais tem se percebido que sem saúde, os indivíduos são improdutivos e infelizes. Esse argumento pode ser facilmente utilizado para justificar um comportamento que tem sido cada vez mais frequente na população: a automedicação. Automedicação é definida como o uso de medicamentos para tratar sintomas e condições clínicas sem a ajuda de um profissional de saúde, ou seja, o próprio indivíduo julga sozinho quando, como e porquê utilizar um medicamento. Não se pode deixar de considerar alguns benefícios dessa postura: alívio para o paciente, aumento no acesso aos medicamentos, e, sobretudo, menor sobrecarga do sistema de saúde em indivíduos com problemas menores. Foram esses mesmos benefícios que foram pensados quando se estabeleceu a política de medicamentos isentos de prescrição no Brasil. De acordo com a Resolução n. 98 da ANVISA, qualquer medicamento comprado em farmácias e drogarias sem a necessidade de prescrição de um profissional de saúde é chamado de medicamento isento de prescrição (MIP). Todos os medicamentos que fazem parte da lista dos MIPs (lista atualizada periodicamente pela ANVISA) seguem um rígido controle de critérios de enquadramento, principalmente por serem medicamentos com baixo potencial de toxicidade, reação adversa e interação medicamentosa, além de ter como indicação apenas doenças não graves e com evolução inexistente ou muito lenta. No entanto, mesmo com todos esses aspectos favoráveis, a automedicação está longe de ser uma prática completamente segura. Dentre os riscos potenciais destaca-se: autodiagnóstico incorreto, atraso na procura ao médico ou especialista, aparecimento (mesmo que infrequente) de reações adversas severas e intoxicações, ocorrência de interações medicamentosas perigosas, administração incorreta de medicamentos, uso de dosagem incorreta, escolha incorreta do medicamento apropriado, sintomas graves são mascarados, risco de dependência e abuso. Apesar de não muito recente, o estudo de Arrais e colaboradores (2016), é o mais completo já registrado de prevalência de automedicação pelos brasileiros. Neste estudo, a equipe de pesquisadores utilizou dados da Pesquisa Nacional de Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM). Tais dados demonstraram que a prevalência de automedicação no Brasil foi de 16,1% principalmente em moradores da região Nordeste do Brasil, do sexo feminino, entre 20-39 anos, portador de uma ou mais doenças crônicas. Dentre os medicamentos mais consumidos estão os analgésicos e os relaxantes musculares classificados como MIP. Tais dados podem sinalizar uma possível fragilidade na atenção primária a saúde, já que a dificuldade de acesso aos profissionais de saúde pode impactar no aumento do consumo de medicamentos sem prescrição. Um outro fator que acredita-se que tem contribuído para a automedicação é a pandemia de COVID-19. O medo da busca de atendimento médico por predispor a infecção pelo novo corona vírus e, assim como problemas de informação e comunicação, tem contribuído ainda mais com a automedicação. Melo e

colaboradores (2021) apontam problemas de divulgação de informações infundadas, amplificação de rumores e desinformação, manipulação de informações com diferentes interesses, consumo em massa e rápido de notícias falsas que levaram ao uso abusivo e uso de medicamentos off-label trazidos pela proposta de um “tratamento precoce” ou de um “kit-covid” que até agora não conseguiu ser cientificamente comprovado como seguro ou eficiente. Tais fatores tem contribuído significativamente com o uso irracional de medicamentos, sendo evidenciado em várias bases de dados nacionais, como por exemplo, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados e o Sistema de notificação de reação adversa a medicamentos da ANVISA (Notivisa). Dessa forma, conclui-se que a automedicação é um comportamento arriscado, que deve ser evitado e, em caso de necessidade de usar um medicamento mesmo sem prescrição, o indivíduo tem a opção de recorrer ao profissional de saúde mais próximo, que é o farmacêutico. Ele é obrigado por lei a estar presente durante todo o horário de funcionamento das farmácias e drogarias para exercer, entre outras funções, a orientação farmacêutica, podendo sanar dúvidas e evitar possíveis problemas relacionados a medicamentos. Quanto a divulgação incorreta de informações, uma dica importante é que as pessoas procurem os meios de divulgação, inclusive nas redes sociais, dos nossos órgãos máximos de saúde: ANVISA, Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Farmácia.

Palavras-Chave: Automedicação; Saúde; Orientação farmacêutica.

DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE APLICATIVO SOBRE PREVENÇÃO DE HIV/AIDS PARA DISCENTES DA ÁREA DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Brito, C. V.¹; Ferreira, F. A. S.¹; Souza, J. C. R.¹; Silva, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio Cotia – ESTÁCIO COTIA - SP

O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) é o causador da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) o qual ataca o sistema imune, que é o responsável pela defesa do organismo contra as doenças. Possuir o vírus não é o mesmo que ter a doença, há pessoas que vivem sem desenvolvê-la e sem apresentar sintomas, porém podem transmitir o vírus a outras pessoas quando não assumem as medidas de prevenção. Por isso, é importante prevenir todas as situações de exposição a esse vírus. A Prevenção Combinada do HIV refere-se a diferentes ações conciliadas, reforçando a prevenção, tanto diretamente voltadas ao combate ao HIV, quanto à sua transmissão. Essas se referem a três intervenções centrais: biomédica - que visa reduzir o risco à exposição; comportamental - que aborda os graus de risco da exposição; e estrutural - que remete a interferências social, cultural, política e econômica que criam ou potencializam vulnerabilidades sociais em relação ao HIV. São ações de suma importância e devem ser abordadas em uma graduação, na área da saúde, para que discentes estejam familiarizados com tais métodos; pois, além da enfermagem e da medicina, a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo atribuiu, recentemente, também aos farmacêuticos e aos cirurgiões-dentistas prescreverem cuidados profiláticos na pré e pós-exposição ao HIV. Com o crescimento dos aparelhos móveis, surge a viabilidade de usá-los para divulgação de informações, inclusive sobre a prevenção desse vírus. Um dos meios de divulgação advém de aplicativos de dispositivos móveis, como os celulares, com a facilidade de serem multifuncionais. Quando é feito o uso adequado dessa tecnologia, novas formas de melhoria são trazidas para a área da saúde com potencial reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que ressalta, porém, a importância da avaliação e do monitoramento desses programas. Desenvolvedores de aplicativos têm repensado sobre o quesito qualidade dos destes conteúdos, indicando o dever dos testes de sua usabilidade na fase de protótipo, pois seu resultado permite obter informações que contribuem, ao detectar inconsistências, para melhorias e ajustes no protótipo antes de ser considerado um aplicativo e antes da sua disponibilidade para uso. Esses atributos de usabilidade minimizam as lacunas entre o desenvolvedor e as expectativas do usuário final, otimizando o uso, diminuindo a dificuldade de comunicação entre o desenvolvedor do protótipo e o aplicativo em si, facilitando sua utilização e sendo importante para o monitoramento do protótipo e do aplicativo propriamente dito, principalmente quando voltado para os discentes da área da saúde visando a prevenção do HIV/AIDS. Nesse sentido, o presente projeto tem como objetivos desenvolver um protótipo de aplicativo sobre HIV/AIDS para discentes da área da saúde das Faculdades Estácio Cotia-SP e Carapicuíba-SP, analisando também como os discentes respondem aos atributos de usabilidade desse protótipo. Para isso, vem sendo seguido um cronograma de três fases: a primeira, visa reunir dados contidos em diretrizes nacional e internacional sobre prevenção combinada de HIV/AIDS; na segunda, os dados coletados na fase anterior serão

usados para o desenvolvimento do protótipo; enquanto na terceira, será realizado o teste de usabilidade, por meio de uma oficina com discentes da área da saúde das Faculdades Estácio Cotia-SP e Carapicuíba-SP. Tal oficina terá a responsabilidade de analisar o conteúdo do protótipo do aplicativo e a necessidade de adequação da sua interface. Cada participante utilizará o protótipo como apoio no estudo de caso de simulação de atendimento aos usuários dos serviços de saúde que buscam orientação sobre exposição ao HIV. Na sequência, responderão a um questionário (Google forms) sobre o uso do protótipo como apoio desse atendimento. Essa oficina será realizada por meio de plataformas síncronas e/ou assíncronas. Tal recomendação está em consonância com as orientações da OMS e demais autoridades sanitárias. O teste de usabilidade é condição para o desenvolvimento de protótipo de aplicativos; tendo, por base, fontes seguras e confiáveis, já que tal produto proporcionará apoio aos discentes durante o atendimento a pacientes que buscam orientações sobre o HIV/AIDS. O aspecto limitante desse projeto serão os discentes da área da saúde das Faculdades Estácio Cotia-SP e Carapicuíba-SP. Os resultados não considerarão avaliação de discentes de outros locais. Dessa forma, sua replicação torna-se recomendável para conhecer outros cenários.

Palavras-Chave: HIV; aplicativo; extensão universitária.

USO DE APLICATIVOS MÓVEIS CONSTRUÍDOS PARA DISCENTES DA ÁREA DA SAÚDE

Ferreira, F. A. S.¹; Souza, J. C. R.¹; Silva, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

O uso de aplicativos (apps) móveis como instrumento de ensino, na área de saúde, é bastante inovador. Apresenta-se como um método capaz de gerar, nos discentes, o interesse e a motivação em aprender cada vez mais, haja vista que os celulares que acomodam esses apps são utilizados por profissionais de saúde. Por exemplo, quando esses necessitam de uma pesquisa, os apps podem fornecer mais que livros, artigos, jornais e revistas. A simples disponibilização dos apps não garante o seu uso e é justamente a sua utilização o interesse deste estudo. O objetivo deste trabalho foi avaliar a utilização dos apps móveis construídos para discentes da área da saúde. Para isso, foram realizadas buscas em diferentes bases de dados digitais levantando estudos que abordassem sobre a utilização de apps móveis construídos para discentes da área da saúde. Foram inclusos os artigos originais, disponíveis na íntegra, com recorte temporal dos últimos cinco anos, em português e inglês. Os estudos de revisão, os capítulos de livros, as teses e as dissertações foram excluídos. Foram encontrados cinco apps, sendo eles: “ECG Fácil”, “VitalEasy”, “Sistema Esquelético”, “Sistema Articular” e “Radiologia Aplicada”. O “ECG Fácil” permite facilitar o ensino sobre eletrocardiograma por meio de demonstração teórica para a compreensão das interpretações eletrocardiográficas. O uso desse aplicativo foi considerado satisfatório pelos discentes do segundo período do curso de medicina. O “VitalEasy” contribui para avaliação dos sinais vitais e para o cálculo do índice de massa corporal. Esse foi considerado pelos discentes do curso de enfermagem como um aplicativo de fácil utilização pelo fato de ter uma interface simples e intuitiva. Os apps “Sistema Esquelético” e “Sistema Articular” pertencem a um sistema de aprendizagem móvel, com nome “Anato Mobile”, cujo objetivo é agregar o acesso à informação desses dois sistemas humanos de maneira sequencial, oferecendo acesso tanto para discentes quanto docentes dos cursos da área da saúde. Esses apps tiveram boas aceitações pelos utilizadores que afirmaram que são apps de fácil utilização. E o app “Radiologia Aplicada” foi desenvolvido para o ensino e o aprendizado dos alunos do curso de radiologia e se refere às posições abordadas neste. Os discentes também consideraram o aplicativo simples e de fácil manuseio. Por meio destas informações foi possível concluir que o uso desses apps construídos para discentes da área da saúde tendem a abranger técnicas de ensino e aprendizagem e foram consideradas como ferramentas plausíveis pelos seus utilizadores. Com isso, a utilização desses recursos tecnológicos é demonstrada como capaz de responder aos interesses desses discentes.

Palavras-Chave: aplicativos móveis; saúde; ferramentas de ensino.

O CAMINHO – GRUPO DE HUMANIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Coriolano, A. M. M.¹; Ramos, P.¹

¹ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – PE

O Caminho – Grupo de Humanização é um projeto de extensão realizado no Hospital das Clínicas vinculado à Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo principal do projeto é possibilitar uma formação a partir da perspectiva de humanização da saúde e experiências voltadas a qualidade de vida psicológica e social para pacientes em situação de internamento. Para os estudantes, o projeto é uma oportunidade de contato com pacientes, com o ambiente hospitalar e com a perspectiva de humanização no cuidado a saúde; para os pacientes, por sua vez, o projeto possibilita, principalmente, um espaço de quebra da rotina hospitalar. Assim, a proposta do projeto é promover quebras na rotina hospitalar, dando espaço para uma dinâmica humanizada. Dessa forma são realizadas atividades lúdicas com os pacientes como bingos, jogos e comemoração de datas festivas. Inicialmente, os novos membros, chamados “neos”, são acolhidos através de uma capacitação organizada por participantes do projeto de anos anteriores, chamados “paleos”. Neste momento, ocorrem dinâmicas de apresentação e integração como também discussões e reflexões sobre as experiências no projeto. Paralelamente ao início do semestre letivo, começam as visitas nas enfermarias do hospital. Estas ocorrem semanalmente durante cerca de duas horas e, geralmente, em duplas atendendo setores diversos. O presente trabalho se refere a um relato específico de atendimento no andar reservado para gastroenterologia. Durante todo o semestre da realização do projeto, foram realizadas visitas a uma mesma paciente: Flora (nome fictício). Assim, três pessoas tímidas se encontraram na enfermaria de um hospital e formaram um vínculo. Por meio das visitas, foi evidenciado que Flora estava internada há meses e ainda sem previsão de alta devido a sua condição clínica. Ela passava muito tempo deitada e estava sem acompanhante, pois ela e sua família moravam no agreste, o que implicava em horas de distância até o hospital. Durante as visitas, foram compartilhadas histórias de vida, curiosidades sobre nossas cidades de origem, piadas e os aspectos rotineiros da vida. Não houve foco em sua doença, dela pouco era falado, sendo abordados apenas os aspectos que modificavam sua rotina. Flora não se animava tanto com as competições de jogos como dominó, por isso, boa parte da experiência consistia em conversas. Esses momentos possibilitavam o desenvolvimento da empatia e da humanização para os estudantes envolvidos e parecia dar a ela um espaço de relaxamento para além do processo de adoecimento. Adicionalmente ao conhecimento técnico, o projeto de extensão possibilitou o encontro entre universidade e sociedade em uma de suas formas possíveis. O tempo com a paciente foi fundamental na realidade dos estudantes e no processo de psicólogos em formação, especialmente na prática do acolhimento e da escuta, mesmo antes destas serem reconhecidas pelo nome como tais.

Palavras-Chave: extensão universitária; saúde; interdisciplinaridade.

IMPACTOS AMBIENTAIS E À SAÚDE ASSOCIADOS AO DESCARTE INADEQUADO DE MEDICAMENTOS

Majer, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

Grande parte da população brasileira possui medicamentos em sua residência, porém estes não são geralmente descartados de maneira correta nos casos de sobra ou vencimento, sendo normalmente direcionados ao lixo comum ou lançados direto em pias e vasos sanitários. Nestes casos, mesmo quando direcionados as estações de tratamento de esgoto, estas substâncias, além de chegarem em sua forma química original, somente são parcialmente removidas, em função de suas características biocida e/ou estruturas químicas complexas, sendo então lançadas nos corpos hídricos podendo gerar danos ambientais e à saúde pública. Neste contexto, o presente projeto visa especificamente revisar, padronizar e organizar dados previamente obtidos no ecoponto para descarte de resíduos medicamentosos localizado na Faculdade Estácio de Cotia, discutindo sua relevância no cenário atual. Sendo assim, foi realizada a organização das planilhas de dados, nas quais foram compilados os dados relativos aos anos de 2017, 2018 e 2019. Estes dados, relativos ao monitoramento mensal, realizado durante o período de aulas (foram excluídos os meses de janeiro), se referem à quantificação e qualificação dos fármacos descartados no ecoponto, tendo sido determinada a forma de apresentação, classe terapêutica e percentual de fármacos vencidos. Sendo assim, no primeiro ano analisado foram descartados no ecoponto 6.315 itens e, dentre estes, 16 embalagens vazias. A maioria dos itens descartados estava vencida (89%), com 2,3% destes não contendo informação sobre validade. Já quanto a apresentação, o grupo que inclui Comprimidos, Cápsulas, Drágeas e Pastilhas foi o mais frequente (98%), com líquidos representando 1% e o restante incluindo diversos tipos distintos, sendo estes adesivos, pós, sprays nasais e o grupo Gel, Creme e Pomada. No segundo ano de avaliação, 2018, foram descartados 1.663 itens, com a maioria novamente correspondendo ao grupo Comprimidos, Cápsulas, Drágeas e Pastilhas. Também, o mesmo padrão foi observado quando a proporção de itens vencidos, com 93% do total se apresentando fora do período de validade, enquanto 0,6% não apresentou informações sobre a data de vencimento. Já em 2019 foi observado o maior número de resíduos medicamentosos descartados, totalizando 12.290 itens, novamente com a maior frequência sendo observada para o grupo que inclui Comprimidos, Cápsulas, Drágeas e Pastilhas. Por outro lado, 92% destes se encontraram vencidos no momento da avaliação e 1,4% sem data de validade. Também foram consideradas as classes terapêuticas observadas, dentre essas merecem destaque os contraceptivos, os anti-hipertensivos, os antidiabéticos, os antituberculosos, os antirretrovirais, além de analgésicos, anti-histamínicos e antibióticos. Em muitos casos a sobra de medicamentos pode indicar a aquisição excessiva destes itens, seja pela compra desnecessária, em decorrência da propaganda frequente e exacerbada, ou ganho de amostras grátis, distribuídas pelos laboratórios farmacêuticos como forma de propaganda. Porém, em casos como o do descarte dos antituberculosos e antirretrovirais, pode indicar um aspecto mais preocupante, o da não conclusão ou realização inadequada do tratamento indicado pelo atendimento público, que geralmente é acompanhado da dispensação gratuita do fármaco. Por outro lado, o descarte inadequado de substância

biologicamente ativas, principalmente nos esgotos, vem atraindo cada vez mais atenção, principalmente no caso dos antibióticos, pela sua contribuição potencial na multirresistência bacteriana. Uma vez no meio, a presença destas substâncias gradualmente seleciona bactérias com características genéticas que resultam em resistência e, uma vez presentes na população, estas podem ser trocadas e compartilhadas, disseminando a características entre diversos indivíduos e gerações. A presença destas substâncias também pode levar à toxicidade biológica e genotoxicidade, que podem resultar em alterações genéticas com resultado imprevisível. De modo semelhante, antineoplásicos e imunossupressores, utilizados em quimioterapias, também constituem uma preocupação, uma vez que são conhecidos por seu potencial mutagênico. Evidências observadas em estudos têm sugerido que a exposição à essas substâncias, mesmo que em baixas concentrações, estejam ocasionando alterações na saúde humana, principalmente no sistema reprodutivo, levando a câncer de mama e de testículo, à infertilidade masculina, esterilidade feminina e, inclusive em homens adultos, há uma maior incidência de anormalidades em seus órgãos sexuais que também apresentam uma contagem média de espermatozoides menor que a esperada. Em função disso, é importante que a população seja conscientizada a respeito das práticas corretas associadas ao descarte de medicamentos e que os ecopontos se tornem mais disseminados e disponíveis para os indivíduos em geral.

Palavras-Chave: medicamentos; descarte de resíduos; ecoponto; sensibilização.

CONSUMO DE DROGAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO: RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO POR CAMPANHA VIRTUAL

Oliveira, R.M.¹; Majer, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

A ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, classifica os resíduos sólidos em grupos distintos e um dos seus objetivos é gerenciar a quantidade de resíduos de saúde gerada dentro e fora das unidades de produção, visando seu tratamento e destinação adequada. Atualmente, é observada a presença de medicamentos em águas superficiais, subterrâneas e até mesmo na água voltada ao consumo humano, que mesmo com o tratamento retém resíduos medicamentosos. As substâncias presentes nestes resíduos têm características relevantes de inflamabilidade, corrosividade e toxicidade, além de quando expostas a altas temperaturas, umidade e/ou luz poderem se modificar, afetando de modo mais marcado o equilíbrio ambiental. Assim, é possível afirmar que um dos agravantes atuais relacionados à poluição é o descarte incorreto de medicamentos, por se dar geralmente na rede de esgoto ou lixo comum. Este é apenas um dos motivos pelos quais o consumo de medicamento exige cuidado, dificultado pelo fácil acesso a compras, propagandas e, também, a dificuldade de atendimento médico. A compra e uso dos medicamentos sem prescrição médica, prática conhecida como automedicação, apresenta muitos riscos, principalmente para certas classes terapêuticas, com a automedicação podendo mascarar sintomas, doenças graves e resultar em atraso no diagnóstico, além da possibilidade de uso de medicamentos errados. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi de informar e sensibilizar através de uma campanha de comunicação virtual sobre os riscos associados à automedicação e descarte inadequado de fármacos. Em função do cenário decorrente da pandemia de Covid-19 e da suspensão das atividades presenciais na Faculdade Estácio Cotia/Europan, essa se deu através de uma página criada no Facebook, na qual vem sendo divulgados conteúdos informativos e reflexivos em forma de imagem, texto e/ou vídeo, com divulgação de forma contínua e com fundamentação científica. A campanha virtual, disponibilizada através da rede social, deu continuidade a atividades iniciadas em projeto prévio de conscientização. No momento a ENFARMA conta com 230 seguidores no Facebook, que tiveram acesso a diversas postagens disponibilizadas no primeiro semestre da aplicação do projeto, postagens voltadas à conscientização sobre o consumo e descarte e correto de medicamento, particularmente importantes durante a pandemia. As postagens focaram em conteúdos distintos, primeiramente voltados aos fármacos que merecem atenção especial, como os estrogênios, os quimioterápicos, anti-inflamatórios e antibióticos. No caso dos estrogênios isso se dá pelo seu potencial de afetar adversamente o sistema reprodutivo de organismos aquáticos causando, por exemplo, a feminização de peixes machos presentes em rios contaminados com descarte de efluentes de estações de tratamento de esgoto. Já para os antibióticos a preocupação se deve ao potencial como selecionador de bactérias resistentes, enquanto antidepressivos presentes em águas fluviais interferem no desenvolvimento de girinos na etapa de metamorfose em rãs. Por outro lado, a redução na percepção de pequenos peixes frente à predadores é afetada principalmente pelos inibidores seletivos de recaptura de serotonina. Pode-se assim concluir que a automedicação é um problema sério e grave existente no Brasil e no mundo,

que envolve questões culturais, econômicas e sociais. O descarte correto dos medicamentos é de extrema necessidade, tanto quanto a conscientização da população sobre o risco da automedicação e os malefícios causados pelos mesmos. Adicionalmente, a automedicação é um fenômeno potencialmente nocivo à saúde do indivíduo, sendo cada vez mais necessária a fundamentação teórica visando a obtenção de uma prática socioeducativa. Para isso, devem ser realizadas de modo mais frequente campanhas de conscientização para a população, voltadas ao consumo e uso irracional de medicamentos, ao descarte incorreto destes e aos seus possíveis efeitos ambientais. Sendo assim, cabe aos profissionais da saúde e acadêmicos se conscientizarem quanto a essas questões e contribuírem com a conscientização do restante da população.

Palavras-Chave: medicamentos; automedicação; descarte adequado; sensibilização.

ANÁLISE DO PADRÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS DE DISCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Junior, M. S. S. O.¹; Majer, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

A vida acadêmica requer tempo, que muitas vezes precisa ser compartilhado com outras atividades, como as voltadas à família e trabalho, não restando assim, muita chance para os discentes se envolverem, por exemplo, na prática de atividades físicas. Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi analisar o padrão de atividades físicas de discentes de uma instituição de ensino superior privada. Foram utilizados dados de uma pesquisa previamente realizada na Instituição, que contou com a colaboração de alunos do segundo semestre dos diversos cursos oferecidos na instituição. Esses alunos preencheram um questionário que avalia a prática de atividades físicas, levantando sua frequência, duração e atividade praticada. Foram classificados como sedentários os alunos que afirmaram não praticar atividades físicas regulares, com frequência mínima de três vezes por semana e duração mínima de trinta minutos consecutivos por exercício. O estudo foi previamente submetido para avaliação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estácio de Sá e todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e confidencialidade dos dados e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim, foi possível evidenciar que pouco mais da metade relatou fazer algum tipo de atividade física (50,9%). Porém, os classificados como sedentários representaram um percentual de 67,4%, já que para ser considerado ativo estes deveriam praticar algum tipo de atividade física com duração de 30 minutos ou mais, com frequência semanal de três vezes ou mais, algo alcançado por apenas 33,6% dos praticantes. A frequência de atividades físicas com duração de 30 a 60 minutos foi a mais alta (43,1%), sendo a frequência semanal correspondente a três vezes, seguida da prática em duas ou uma vez por semana. O esporte principal relatado pelos voluntários foi o futebol (22,7%), seguido por musculação (18,2%) e caminhada (16,4%). Ainda foram relatadas práticas de luta como Kickboxing, taekwondo e jiu-jitsu; esportes como badminton, basquete, ciclismo, corrida e voleibol e a prática do método q48. Muito dos discentes praticam atividades físicas, porém não com a regularidade e tempo necessários para não serem considerados sedentários. Esse fato se dá por inúmeros fatores tal como a conciliação entre diferentes obrigações e atividades, com muitos mantendo um emprego durante o dia e os estudos no período noturno, restando assim apenas os dias de folga, feriados e finais de semana para a prática de alguma forma de atividade física, quando compromissos familiares não as tornam secundárias. Dentre os esportes principais que foram relatados, explicam-se sua maior frequência, por serem flexíveis em questão de dia e horário, como uma partida de futebol combinada com os amigos em dias e horários livres, ou uma caminhada ou prática de musculação no horário e dia vago, podendo durar menos de 60 minutos, não exigindo assim tanto tempo do participante, entre o emprego e estudos. Há também a influência dos fatores relativos ao curso, se é integral ou exige um estudo complementar nas horas vagas, e ao emprego, como horas extras dependendo da situação financeira do voluntário avaliado. Assim, nesta fase, o tempo dedicado costuma não ser suficiente para que os exercícios físicos possam realmente resultar em benefícios a saúde do indivíduo.

Tais fatores contribuem assim para um maior número de discentes sedentários, negativamente influenciando a qualidade de vida.

Palavras-Chave: atividades físicas; discentes; sedentarismo.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TERCEIRA IDADE – ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Moreira Junior, A.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O envelhecimento populacional é um dos maiores desafios da saúde pública contemporânea. Esse fenômeno ocorreu inicialmente em países desenvolvidos, contudo, mais recentemente é nos países em desenvolvimento que o envelhecimento da população tem ocorrido de forma mais acentuada. O conceito qualidade de vida é entendido enquanto o fenômeno que se inter-relaciona com as diversas dimensões do ser humano. Acrescentando, qualidade de vida é uma noção eminentemente humana que se aproxima do grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental. Devido à escassez na área de desenvolvimento de ações que criem ambientes de apoio, como prática de atividade física, lazer e opções saudáveis de divertimento aos idosos, a Educação Física pode fazer a diferença. É sabido que a Educação Física é reconhecida como capaz de facilitar e orientar a promoção da saúde. Inclusive, devido ao momento pandêmico que estamos vivendo, há muitos casos de depressão por causa do isolamento e distanciamento. Isso favorece o sedentarismo e suas consequências negativas em todas as faixas etárias, inclusive quanto aos idosos. Tendo em vista esta análise do desenvolvimento populacional, propôs-se a criação de um projeto de extensão voltado para realização de atividades que proporcionem aos idosos a promoção da saúde, focando especialmente em melhoria da qualidade de vida e integração social. Como profissionais de Educação Física, entendemos que desempenhamos um papel modificador da realidade e que podemos desenvolver projetos que ultrapassem o campo do “cuidar médico” ou do curar. Compreendemos que, dessa forma, podemos também proporcionar uma melhoria na qualidade de vida desses idosos, mostrando que é possível sim, envelhecer com saúde. Nos objetivos específicos, apresentados no projeto estão, desenvolver atividades voltadas para a promoção e manutenção da saúde e lazer dos idosos e contribuir para a construção do conhecimento teórico-prático dos graduandos em Educação Física (bacharelado) sobre o envelhecimento ativo e saudável. Tendo em vista a análise do desenvolvimento e do envelhecimento populacional e da importância da melhoria da qualidade de vida dessa parcela da população, tal projeto voltou-se para a realização de atividades de promoção a saúde, focando especialmente na atividade física, contribuindo dessa forma para melhora da qualidade de vida. Devido o cenário atual e mundial com relação a pandemia do coronavírus (COVID-19), e através das recomendações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), em consonância com o Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias, o projeto vem sendo desenvolvido através da modalidade remota, realizado em plataformas digitais síncronas e/ou assíncronas. A execução das atividades, feitas pelos alunos do curso de Educação Física (bacharelado), são orientadas pelo professor orientador do projeto. As inscrições são realizadas por meio de contato veiculado pelas mídias digitais (Facebook, Instagram e site) e via WhatsApp. Para cada encontro são propostas atividades em que deverão ser respeitados os limites de cada idoso, aferidos antecipadamente através de métodos avaliativos pertinentes (fichas de avaliação pré-testes, estratificação de risco e avaliações físicas periódicas). O tempo previsto para as aulas são de aproximadamente 50 minutos,

sendo de uma a três vezes por semana de segunda a sexta-feira nos períodos entre manhã e tarde. Enxergamos o ambiente familiar como um ambiente privilegiado na construção do vínculo afetivo e do diálogo, que se dá nesse espaço, como um importante instrumento na criação de uma cultura de aproximação entre os estudantes e a vida comunitária, representantes do saber acadêmico e do senso comum, respectivamente. Visto que, através dessa atuação junto às famílias, tanto a sociedade como os estudantes crescem, estes em relação a uma formação mais consciente e crítica da realidade e aqueles por sentirem nos primeiros um Apoio Social, tornando-os mais seguros e determinados em suas ações. Sendo o fator enriquecedor mais importantes desse processo a troca de saberes, desde o início das atividades do projeto têm-se construído um vínculo que possibilita a uma parcela dos participantes melhores condições de vida em busca de melhor saúde e qualidade de vida na velhice, ao passo que tem proporcionado aos acadêmicos extensionistas a possibilidade de vivenciar experiências com a realidade social, ajudando-os a compreender os processos de adoecimento, tratamento e prevenção voltada a esse público em toda a sua complexidade. Além disso, o projeto tem apontado, através das vivências dos graduandos, estratégias, possibilidades e dificuldades da extensão universitária, podendo como caminho alternativo auxiliar na implementação das reformas curriculares dos cursos de graduação frente às dificuldades da profissão enfrentadas hoje, com os reflexos da pandemia dentro da nossa sociedade. Por fim, os extensionistas vêm confeccionando relatórios, avaliações, fichas de anamneses e treinos, sistematizando a experiência no projeto e apontando novas perspectivas profissionais, transformando questões do cotidiano em pesquisa e produção de conhecimento. Este projeto busca uma formação acadêmica diferenciada através da inserção do graduando na comunidade independentemente da fase do curso na qual ele se encontre. Para isto, tanto a experiência quanto a participação do dia a dia dos extensionistas no projeto é essencial ao desenvolvimento profissional e processo de construção da visão crítica e reflexiva dos estudantes dentro da área de atuação. A partir desta, o acadêmico (além do papel de estudante) é capaz de perceber a importância do saber para a sua profissão dentro da função social que ela exerce. É notório saber a importância que cada aula contribui para a formação do acadêmico no sentido de reconhecer a riqueza através do contato com os participantes, suas dificuldades, sentimentos, alegrias e muito mais, agregando valores fundamentais para sua formação. Portanto, conclui-se que o Projeto Terceira Idade – Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida, é uma ação na Extensão Universitária que cumpre seu papel social e acadêmico e tem orgulho de suas origens. A atual equipe sente necessidade de continuar compondo o projeto, tamanho é o compromisso dessas pessoas com tal realidade.

Palavras-Chave: terceira idade; atividade física; saúde; qualidade de vida.

A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NO AMBIENTE ESCOLAR SOBRE A COMPOSIÇÃO CORPORAL E APTIDÃO CARDIORRESPIRATÓRIA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Izidoro, N. I.¹; Caperuto, E. C.¹; Marques, L. R.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

A prática da atividade física é recomendada, por ser capaz de desenvolver diversos benefícios aos seus praticantes, dentre eles as adaptações positivas sobre a composição corporal e aptidão cardiorrespiratória, que pode contribuir para a melhora da saúde. Atualmente o adolescente tem cada vez participado menos de programas de atividades físicas, sofrendo assim com diversos problemas causados pelo sedentarismo. A escola se tornou um importante local para a prática da atividade física, já que em seu currículo a disciplina de Educação Física é obrigatória, estimulando a prática de diferentes atividades corporais com regularidade, podendo também incluir atividades extracurriculares de diversas modalidades esportivas, como o futsal nas escolas públicas do Estado de São Paulo. Desta forma, o objetivo do presente estudo foi de verificar a influência da atividade física no ambiente escolar sobre a composição corporal e aptidão cardiorrespiratória de alunos do ensino fundamental. Fizeram parte deste estudo 32 alunos entre 13 e 14 anos, do sexo masculino que foram divididos em dois grupos, quinze alunos para o grupo Educação Física (GEF) e dezessete para o grupo Educação Física mais aula de futsal (GEFT). A pesquisa consistiu em 12 semanas de atividades físicas e treinamento e mais duas sessões para a avaliação final, onde foi analisado o índice de massa corporal e a aptidão cardiorrespiratória. Para a análise dos resultados foi utilizado o teste de Kolmogorov-Smirnoff como análise da normalidade dos dados, após utilizou-se o teste t-Student independente para comparar os dois grupos. A significância foi determinada a $p < 0,05$. O GEFT apresentou melhoras significativas nos testes de aptidão cardiorrespiratória. Na avaliação do índice de massa corporal não foi encontrado diferenças entre os grupos. Assim, foi possível concluir que a prática da educação física associada a atividade extracurricular (futsal) pode contribuir para a melhorar a aptidão cardiorrespiratória de escolares quando comparado somente a prática as aulas de Educação Física regular.

Palavras-Chave: aptidão física; atividade física; educação física escolar.

EFEITOS DA SUPLEMENTAÇÃO DE L-LEUCINA NAS CONCENTRAÇÕES DE GLICOSE E LACTATO SANGUÍNEO E SUA RELAÇÃO COM O CONTROLE DO APETITE APÓS O SPRINT INTERVALADO DE ALTA INTENSIDADE

Almeida, L.¹; Santos, S. G.¹; Lima, C. M.¹; Caperuto, E. C.²; de França, E.^{1,2,3}

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

² Universidade São Judas – USJT – SP

³ Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – SP

O efeito anoréxico do exercício físico é induzido pelo aumento da produção de lactato, entretanto, por sua vez esse efeito anoréxico exercido pelo lactato é dependente da glicose sanguínea elevada. Evidências científica sugerem que a suplementação de leucina é anorexígena, por outro lado a suplementação de L-leucina (leucina) em altas doses é hipoglicêmica. Este estudo teve como objetivo verificar a relação das concentrações plasmáticas de lactato, glicemia e a percepção do apetite após a suplementação de elevada dose de leucina antes de uma sessão de exercício físico. Para isso, dez indivíduos jovens (idade, 26.0±5.8 anos; IMC, 22.9±1.55) realizaram dois treinos sendo um após a suplementação com placebo (maltodextrina; condição SIT+PLA) e outro após suplementação com leucina (condição SIT-LEU). O treino consistia em quatro corridas máximas de 30 segundos com 4,5 minutos de descanso entre as corridas. A glicemia e a percepção subjetiva de apetite (PSA) foram monitoradas em quatro momentos; antes do treino (em jejum), 45 minutos após a suplementação e lanche (imediatamente antes do treino), imediatamente após o treino e depois de 30 min após o treino. O lactato foi coletado imediatamente antes e logo após o treino. O treino induziu aumento significativo do lactato sanguíneo para ambas as condições ($P < 0,01$) sem diferença entre eles ($P = 0,93$): SIT+PLA: delta 4,1 mmol/L, 95% CI = 2,5 a 5,7; SIT + LEU: 4,0 mmol/L, 95% CI = 2,3 a 5,6). O lactato sanguíneo correlacionou-se negativamente com a pontuação geral da PSA apenas para a condição SIT + PLA ($r = -0,15$, $P = 0,05$). Além disso, na condição SIT+PLA, mas não em SIT+LEU, o lactato correlacionou-se negativamente com o desejo de comer algo gorduroso ($r = -0,45$, $P = 0,05$), salgado ($r = -0,43$, $P = 0,01$) e saboroso ($r = -0,03$, $P < 0,05$). Na PSA, houve efeito significativo do tempo, mas não houve diferença ou interação entre as condições (SIT+PLA vs. SIT+LEU) dos quatro momentos de avaliação; sem diferença na avaliação da área sob a curva ($P \geq 0,11$). Para glicemia, identificamos efeito significativo do tempo ($P = 0,00$, $\eta^2 = 0,49$, $\beta = 1,00$), mas não interação ($P = 0,76$, $\eta^2 = 0,02$, $\beta = 0,12$) das condições. Apesar do teste post-hoc não identificar diferenças entre as condições nos quatro momentos da avaliação da glicemia ($P = 0,25$), a análise da área sob a curva identificou menor glicemia na condição SIT+LEU, quando comparada a SIT+PLA (teste t pareado: $P = 0,05$). A glicemia apresentou correlação significativa e negativa com a PSA para ambas as condições (SIT+PLA ou SIT+LEU). Assim, é possível concluir que a suplementação de leucina aumenta a captação de glicose e altera a relação da glicemia e do lactato com a percepção subjetiva de apetite, sugerindo que o efeito anoréxico do exercício físico é mediado pelas concentrações plasmática de glicose.

Palavras-Chave: apetite; leucina; exercício físico.

O QUE É SER HUMANO? UM ESTUDO SOBRE DATA DE STAR TREK

Cardoso, V. E. P.¹

¹ Universidade Tuiuti do Paraná – UTP – PR

A pergunta título deste estudo serve como direcionador para um questionamento da existência humana tão antigo como nós mesmos. Desde filósofos como Descartes temos nos perguntado o que define um ser humano, em outras palavras qual a essência da humanidade. Por ser algo arraigado em nossas mentes, terminamos por criar não apenas estudos acadêmicos, mas ficções que discutem esse tema. O presente estudo procura refletir sobre a pergunta titular especificamente da série Star Trek: A Próxima Geração e seu personagem androide Data através de uma metodologia qualitativa descritiva. No contexto da série, Data foi criado pelo cientista Noonian Soong, principal pesquisador da Frota Estelar em cibernética. O sonho de Soong foi a criação de uma forma de vida humanoide e artificial pelo projeto perfeito do cérebro positrônico. Seu resultado, considerado por ele como filho, foi Data, um androide de grande capacidade intelectual e de aprendizado. Embora ele não tenha sido projetado para ter sentimentos sua história na série sugere que ele tenha se desenvolvido em um ser emocional, mudança possivelmente resultantes de seu desejo de se tornar mais humano e de suas tentativas para tal. Esse desejo teve principal destaque no episódio “The Measure of a Man”, em que o comandante Bruce Maddox pede o desmonte de Data para melhor estudá-lo. Embora Data tenha negado, argumentando que sua essência como ser vivo seria perdida, Maddox contra-argumentou afirmando que por ser uma máquina e, portanto, não um ser vivo, Data não teria direitos a uma negativa, sendo uma ferramenta da frota estelar não um membro. O resultado da discussão foi a instauração de um julgamento sobre a condição de Data como ser vivo e seu direito sobre o próprio corpo. Esse episódio de A Nova Geração, assim como outras séries como a Original e Enterprise, que mostram o desenvolvimento, aprendizado e história de Data como personagem serão a base ontológica do personagem. Como base filosófica será utilizado o livro “Crítica da Razão Pura” de Immanuel Kant e em específico suas três perguntas que são de interesse para sua razão: 1. Que posso Saber? 2. Que devo fazer? 3. Que me é permitido esperar? Esses três são questionamentos que o próprio Data se faz durante a série. O primeiro questiona aquilo que, como ser recente nascido, ele teria a capacidade de aprender e como ele se desenvolveria. O segundo contém uma questão de caráter ético e social, que se relaciona em contexto deste estudo as leis da robótica de Isaac Asimov. Escritor de ficção científica conhecido por seus livros sobre robôs e sua relação com a humanidade, Asimov foi também o criador do termo “Cérebro Positrônico”. Através de seus livros que tematizavam um futuro com inteligências artificiais sencientes, Asimov criou as Três Leis da Robótica, que serviriam de base para o comportamento dessas inteligências na previsão de que um dia seriam realidade. Essa ideologia se aplica em certo nível a Kant, pois ele afirmava que a eticidade humana também deveria ser pautada por uma lei universal. Um fator interessante, quando filtramos o comportamento de Data por Kant e Asimov, é que apesar de ser completamente lógico e, em teoria, incapaz de agir fora de suas sub-rotinas éticas, suas ações terminam em certos episódios em subverter essas regras e mesmo as regras da federação da qual é membro. Por fim, na última questão de Kant está o principal motivador da procura de Data por sua própria humanidade, seu questionamento de qual

seriam seus limites e qual seria seu futuro como pessoa, o que moveu seu desenvolvimento desde seu nascimento até sua morte. Não seria essa jornada do personagem um espelho do próprio desenvolvimento humano?

Palavras-Chave: humanidade; inteligência artificial; Kant.

PRÉ-ACADÊMICO VESTIBULAR SOLIDÁRIO: POSSIBILIDADES DE ENCONTRO ENTRE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO NA EXTENSÃO

Ramos, P.¹; Sena, M. E.¹; Coriolano, A. M. M.¹

¹ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – PE

O Pré-acadêmico Vestibular Solidário (VS) é um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal de Pernambuco que tem como objetivo principal possibilitar a inserção de estudantes de escolas públicas no ensino superior. Conforme isto, são propostas aulas, passeios educativos, gincanas e outras atividades complementares. Além disso, o VS possui uma equipe psicopedagógica para acompanhamento de estudantes, professores e coordenação. A Equipe Psicopedagógica (EP), de caráter voluntário, é composta por estudantes de graduação e profissionais formados em psicologia e pedagogia. A equipe surgiu a partir do reconhecimento de professores e coordenadores de demandas como a de orientação profissional, planejamento de estudos, estresse, questões emocionais e necessidades educativas específicas. Os trabalhos da EP iniciaram em 2015, com a entrada de um estudante de psicologia como voluntário no projeto, momento até o qual as intervenções eram voltadas apenas às demandas dos estudantes. Posteriormente, com a entrada de outros estudantes de psicologia houve a ampliação das atividades desempenhadas pela equipe com a realização de encontros não periódicos com os estudantes, buscando discutir temas como manejo emocional e escolha profissional. A partir da demanda dos estudantes, a equipe iniciou também ações de escuta individual. Essa ação individualizada tinha como objetivo criar um espaço de compartilhamento das afetações dos estudantes, não se configurando como prática clínica, sendo realizados encaminhamentos para as clínicas-escola quando necessário. Em 2017, o VS demandou a inserção da EP na formação continuada para os professores, de modo a participar do planejamento, construção de metodologias de ensino-aprendizagem e habilidades socioafetivas. Com a inserção destas demandas, a EP identificou a necessidade da presença de pedagogos, ocorrendo assim a reorganização da equipe para a organização atual. Os pedagogos auxiliam nos debates sobre os aspectos do ensino junto aos professores apresentando práticas e experiências em sala de aula. Da mesma forma, ampliaram-se as intervenções possíveis com os estudantes possibilitando a construção de novas estratégias de planejamento e organização dos estudos. Nesta reorganização, a EP estruturou suas intervenções com estudantes e professores a partir de dois eixos: o eixo educativo e o eixo socioafetivo. O primeiro refere-se à construção de estratégias de ensino-aprendizagem significativas. As intervenções com os estudantes focaram na construção de estratégias de aprendizagem pertinentes para cada um deles e aconteciam por meio do "Diálogos" (encontros temáticos em grupo e em sala de aula que ocorriam periodicamente) e de encontros individuais (sob demanda espontânea para discutir temas como plano de estudos, organização do horário, espaço de estudos etc.). O segundo eixo refere-se à construção de estratégias coletivas e individuais de manejo das emoções. As intervenções eram voltadas tanto para professores como para estudantes e incluíam: escuta focal, uso de técnicas de relaxamento e visualização e encaminhamentos. Os dois eixos eram planejados e executados por toda a equipe sendo o planejamento das intervenções na relação ensino-aprendizagem de enfoque sempre psicopedagógico. A partir dessa experiência no VS, os membros da EP tiveram a oportunidade de se deparar

com questões práticas da área educacional, sendo convidados a acionar e correlacionar seus conhecimentos para construir respostas às demandas surgidas, como também encontrando oportunidades de aprendizado neste tão importante campo de atuação.

Palavras-Chave: extensão universitária; psicopedagogia; pré-acadêmico.

DA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS E A LEGISLAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO E INTERNACIONAL

Pardo, C. L. F.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A adoção foi instituída no ordenamento Brasileiro através do Código Civil no ano de 1916, onde era restritivo e evado de discriminação entre filho consanguíneo, chamado de legítimo, e filho adotivo, chamado de ilegítimo. Foi através do advento da Constituição Federal de 1988, com seus princípios de igualdade, liberdade, da não discriminação e da dignidade da pessoa humana, que o novo Código Civil, no ano de 2002, passou a tratar de maneira igualitária o adotado, bem como ampliou os conceitos de família, não mais restringindo a homem e mulher civilmente matrimonializados. E foi nesse novo e amplo entendimento de novas possibilidades de formação familiar que nasceu o reconhecimento da unidade familiar formada por casais homoafetivos. O Superior Tribunal Federal ao julgar a ADI 4277 inseriu as uniões estáveis homoafetivas como entidade familiar, proporcionando a estes direitos de herança, sucessão, pensão e o mais valioso de todos, a adoção. O presente teve por objetivo discorrer sobre a adoção por casais homoafetivos no Brasil, utilizando o método de pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, onde conceitua a família e sua evolução histórica–social, até chegarmos no modelo familiar contemporâneo, dando luz a família homoafetiva e seu reconhecimento ao direito de adoção. Sendo um dos requisitos para a adoção conjunta, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a união estável, os casais homoafetivos passam a ser oficialmente detentores de tal direito. Priorizando o melhor interesse do menor, o seu direito de viver e se formar enquanto “ser” em um lar amável, com vínculos, juízos de valores e de moral, características essenciais para iniciar a vida em sociedade, o direito passou a não mais distinguir se a família acolhedora é formada por heteros ou homoafetivos. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, incidiram fortemente no nosso ordenamento, trazendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente a previsão de que a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando, dando azo ao adotando em integrar em seio familiar para desenvolver-se de forma digna. Devido a inexistência de legislação específica para tratar da família homoafetiva, a analogia é a principal fonte de garantias de direito, ou seja, tudo que seja da esfera civil e familiar, por analogia, se aplicará a família homoafetiva, que por lógica, não haveria de ser diferente, uma vez que família é família e os direitos que se garante a uma, por dever, cabe a todas, sem distinção, discriminação ou necessidade de especificar-se.

Palavras-Chave: adoção; família homoafetiva; família.

ADOÇÃO DE PESSOA MAIOR E CAPAZ: DEFICIÊNCIAS NA LEGISLAÇÃO NO QUE CONCERNE A SUA ESPECIFICIDADE

Sampaio, J. O.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A adoção de pessoa maior e capaz está presente na Legislação Civil, precisamente em seu artigo 1.619. Esta se refere a uma adoção de pessoa maior de idade e com capacidade plena, diferente daquela adoção que estamos acostumados a ver, nessa, adota-se aquela pessoa que vive com uma família como se pais e filhos fossem, sem a formalidade legal, ao passo que não há uma fila de espera, pois as pessoas interessadas em formalizar o vínculo afetivo já tem total ciência do ato. Vale ressaltar a necessidade de um processo judicial, afinal, é o ato de um novo integrante na família, bem como é exigido nas adoções de menor de idade. O presente tem por escopo abordar uma das diversas modalidades de adoção do Brasil, a qual, “adoção de pessoa maior e capaz”, sendo de vital importância utilizar como base, para tanto, todos os meios de fontes bibliográficas, pesquisas, julgados e doutrina, desde o seu desenvolvimento histórico no decorrer dos anos. Um outro ponto a ser versado na pesquisa é a ausência normativa de forma específica e exclusiva do Instituto em questão (adoção de pessoa maior e capaz), ao passo que nessas situações, a discussão seria de competência do direito de família exclusivamente. Entretanto, o único diploma legal que trata do assunto, atribui ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, a responsabilidade por legislar as demandas dessa espécie, a determinação legal é que “No Que Couber” se utilizar desses preceitos, ao passo que, se levarmos em consideração essa expressão, surgirão dúvidas, a final, o ECA será subsidiário na Legislação ou será a única lei aplicada nos casos em concreto? Como o CC não aborda com precisão o tema, ele é aplicado de acordo com entendimento do juízo em cada caso em concreto, vale a pena deixar claro que o ECA não está preparado para atender as demandas dessa natureza. Podemos ver um exemplo na aplicação do artigo 45 do referido Estatuto “necessário o consentimento dos pais na adoção”, ora, não há que se falar em consentimento dos pais na adoção de maior e com capacidade plena, vez que já não existe a relação entre os pais naturais com os filhos passíveis de ser adotado, todavia, até mesmo nos casos de adoção de maior, é admitido o contraditório ao pai natural, ele pode contestar a ação de adoção, caso este seja conhecido, e conseqüentemente citado. Esse fato acontece, pois, será expedida uma nova certidão de nascimento, podendo ser alterado a paternidade, bem como o seu sobrenome, e os pais biológicos precisam ser avisados sobre a eventual alteração nominal, por mais que não se depende da autorização deles para consumar a adoção.

Palavras-Chave: adoção; pessoa maior e capaz; modalidades.

ADOÇÃO À BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE O SISTEMA BUROCRÁTICO E O MELHOR INTERESSE DO MENOR

Souto, N. B.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A “adoção à brasileira”, embora informalmente, é considerada a mais antiga forma de adoção no Brasil, logo, se faz necessário adentrar no tema, afincadamente, para que possamos assim, entender esse fenômeno social que, trivialmente, lidera na preferência daqueles que buscam adotar, muito antes, do surgimento formal da adoção em nosso ordenamento, datado do ano de 1916. Por se tratar de adoção simulada, tendo como natureza jurídica a informalidade, quanto ao ato por estes praticado, a “adoção à brasileira” consiste em “dar parto alheio como próprio” (art. 242 do CP), entretanto, a contrariedade consiste em formalizar tais adoções, quando a própria Lei criminaliza. Muito se discute sobre esse fenômeno, visto que não passa pelo crivo do judiciário, e que tão pouco atende às exigências do Instituto de que trata a matéria. Sem que atente ao que prescreve a lei regulamentadora da adoção no Brasil (Lei nº 12.010/09), e ao que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº. 8.069/90), essa modalidade de adoção é motivo de críticas, porém, independentemente do que se discute, é notório sua existência e o quão enraizada está em nossa sociedade. Por isso, a necessidade de um estudo aprofundado no intuito de entender o porquê, de tantos optarem por adotar simuladamente e, se o que os motiva está relacionado diretamente à burocracia, ao desconhecimento das vedações, a cultura em si, ou, até mesmo a questões de natureza econômica e/ou se todos esses fatores juntos não acabam por fortalecer diretamente essa modalidade de adoção considerada crime. O presente trabalho versa em torno da “adoção à brasileira”, valendo-se de pesquisas e fontes bibliográficas, desde o seu surgimento (momento histórico), até seu regramento atual, previsto no Caput do art. 242 do Código Penal Brasileiro. Embora, a Lei de adoção, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil tratem, para que a adoção seja a mais efetiva possível, mesmo assim, a preferência de muitos se dá, numerosamente, pelas vias ilegais, demonstrando desprezo pelo que está previsto no Ordenamento Jurídico Pátrio. Tipificado criminalmente, porém, justificado pela jurisprudência, a “adoção à brasileira” traz em seu bojo uma exceção, à qual, além dos princípios que visam proteger o melhor interesse do menor, tem servido como fundamentação nos julgados, objetivando formalizar o ato ora considerado crime; é o que defende o Parágrafo Único do art. 242 do Código Penal vigente, ao declarar que: - *“Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza: Pena - detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena”* (GRIFO NOSSO). Diante disso, constata-se que, adoções dessa natureza, quando chegam ao conhecimento do judiciário, acabam por serem reconhecidas, bastando uma simples busca pela internet para a constatação de que, dada a pretensão, em detrimento de “adoções à brasileira”, a depender do caso concreto, o judiciário ora indefere pedidos, ora regulariza-os. Nota-se que, com intuito de fortalecer o melhor interesse da criança e do adolescente, fatores como o da afetividade, tem preponderado aquilo que a Lei criminaliza acerca da “adoção à brasileira”, e, diante de tais considerações, é que a jurisprudência tem, unanimemente, decidido. Outro ponto a ser observado, nessa pesquisa, é sobre a burocracia em torno do processo de adoção. Constata-se, também, o quão o Instituto da adoção evoluiu desde o seu surgimento no Código Civil de 1916, todavia, a ideia central é desburocratizar cada vez mais, para melhor

atender, visto que o melhor interesse do menor, não deve estar presente apenas quanto ao início do processo de adoção, mas desde quando estes (menores) se encontram em poder/tutela do Estado.

Palavras-Chave: adoção; menor; adoção a brasileira.

ADOÇÃO DE BRASILEIRO POR ESTRANGEIROS

França, Y. B.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A adoção é um instituto muito antigo no Brasil e, em diferentes civilizações e culturas, alguns povos tinham a adoção como uma forma de ter frutos em casos de esterilidade e poder contemplar um filho a seus Deuses. Já em outros povos a adoção teve muitas barreiras por se prezar, como família, somente os detentores do mesmo sangue. De qualquer forma, a adoção existiu em códigos muito antigos como o de Hamurabi e em outros povos que não positivavam leis em forma de costume. No Brasil a adoção vem ganhando cada vez mais espaço e quebrando barreiras, em nosso ordenamento jurídico está positivado até mesmo na Constituição Federal, art. 227 parágrafo 6, a equiparação dos direitos dos filhos adotivos aos dos filhos biológicos, ressaltando a importância da adoção e constituição da família como base da sociedade. A adoção de brasileiros por estrangeiros enfrenta um processo mais complexo que o comum, pois preza-se pelo Estado proteger a cultura e a raça, etnia da criança, adolescente ou adulto. Porém, não havendo adotantes brasileiros, atendendo ao princípio do melhor interesse do menor, para seu bem-estar e desenvolvimento e educação, poderá o mesmo ser adotado por estrangeiro mediante uma série de requisitos expostos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para que a adoção efetivamente ocorra, o pretense adotante deverá obedecer a um determinado procedimento, que analisando caso a caso poderá ser mais moroso e mais complexo, este procedimento será acompanhado de perto pelo Estado pela segurança e interesse do menor, como previsto em lei. Os requisitos são inúmeros, tais como diferença mínima de idade, no caso de 16 anos de diferença do adotante para o adotado, capacidade do adotante e habilitação para adoção, mediante documento expedido pela autoridade competente do domicílio do adotante, conforme as leis do seu país. Após cumpridos os pressupostos, poderá ser iniciado o estágio de convivência, que de igual forma será assistido de perto pelo Estado, o estrangeiro residente ou domiciliado fora do país cumprirá, no território nacional, no mínimo 15 dias para crianças de até 2 anos de idade e, no mínimo 30 dias, quando se tratar de adotando acima de 2 anos de idade. O valioso instituto da adoção também ganhou campo na adoção por casais homoafetivos, uma ampliação do conceito de família reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal que trouxe à baila a oportunidade para casais homoafetivos adotarem uma criança ou adolescente, enriquecendo ainda mais o conceito de família e dando efetividade para o artigo 5 da Constituição Federal que expressa que todos são iguais perante a lei. O objetivo a ser exposto é a importância ao aprimoramento de meios para a celeridade do processo de adoção. Assim, a partir do olhar direcionado para o menor ou adolescente tenha a oportunidade de se desenvolver em um lar e não no orfanato nesse lapso temporal de requerimento até a concretização da adoção em si. Desse modo, a metodologia adequada ao estudo tem sido documental, em busca por legislações nacionais e estrangeira, além, das atuais decisões que tratam do assunto para proteção do possível adotado e melhor atuação razoável e proporcional do Estado, para que a adoção não perca sua principal finalidade que é o interesse, bem-estar, educação, lazer, amor que uma família poderá proporcionar ao adotado.

Palavras-Chave: adoção; brasileiro; estrangeiro.

AS PERSPECTIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO

Voltolini, A.¹; Ribeiro, R. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

Tempos modernos exigem mudanças ainda mais modernas. O ano de 2021 já apresenta um olhar muito mais avançado para o que deve ser mudado e o que pode ser mantido, pois a experiência trazida pela pandemia apresentou ensinamentos que hoje são parte de uma realidade muito mais concreta e próxima. No que tange a justiça do Brasil, há muito para se comentar no campo tecnológico, pois é inevitável pensar em melhorias para a sociedade que diariamente pleiteia direitos, independentemente de quais sejam. E uma das formas de facilitar o acesso e o processo destes ao judiciário é através da inteligência artificial. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, uma pesquisa revelou que 47 tribunais brasileiros já investem em inteligência artificial. Cabe ressaltar que entre fevereiro e agosto de 2020, o Judiciário contava com 64 projetos de IA em funcionamento ou em processo de implantação, além da Plataforma Sinapses do CNJ. Na data do dia 2 de março de 2021, havia o registro de mais de 77 milhões de processos em tramitação na Justiça, o que corresponde a um processo para quase três habitantes. Ademais, são 6.962 processos por juiz e uma elevada taxa de congestionamento, 68,5%, segundo dados compilados do Relatório Justiça em Números 2020, elaborado pelo CNJ. Isso exige uma organização mais do que completa para efetivar tais trâmites, visto que o ser humano é comprovadamente limitado, e a máquina tem sido usada para preencher tais limitações, como por exemplo, a implementação de robôs. Os profissionais das áreas de informática têm conceituado Inteligência artificial como um campo das ciências da computação, no qual máquinas realizam tarefas como aprender e raciocinar, assim como a mente humana. Mas até ponto tais mecanismos conseguem ser como humanos? Há humanidade nas máquinas robóticas? Como confiar a justiça a um robô? Para se ter uma noção, no Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), em parceria com o CNJ, foi instalada uma tecnologia chamada Sistema Mandamus, voltado para o cumprimento dos mandados, por meio de automação e distribuição eletrônica desses documentos. Tal sistema informatiza o ciclo de funcionamento, desde a expedição do mandado, passando pelo acompanhamento, feito com um geolocalizador, e finalizando com a assinatura e certidão digital do processo. Outro exemplo de tecnologia é o Sinapses, fruto de parceria entre o CNJ e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), que é uma plataforma voltada para o desenvolvimento e a disponibilidade em larga escala de modelos de IA, e espera-se que este permita que tais projetos sejam compartilhados e utilizados por outros tribunais. Cabe salientar qualquer tecnologia deve sempre estar em *compliance* com a nossa legislação, principalmente com a Resoluções do CNJ nº 335, 345 e 358, que regulamentam justiça digital; bem como com a Portaria do CNJ nº 242, que institui o Comitê de Segurança Cibernética do Judiciário. Por fim, deve se ter em mente que os projetos de inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário pretendem, mais do que tudo, criar soluções para automação dos processos judiciais e administrativos e de rotinas de trabalho da atividade judiciária, além de possibilitar análise da massa de dados existentes e busca de soluções de apoio à decisão dos magistrados ou à elaboração de minutas de atos judiciais em geral, com respeito atenção devida à economicidade, celeridade processual, transparência, acesso à informa-

ção, capacitação e o estabelecimento da governança colaborativa. É preciso estar preparado para dizer que, finalmente, robôs e humanos estão prestes a trabalharem juntos em prol da justiça.

Palavras-Chave: inteligência; artificial; justiça; robô.

GESTÃO JUDICIAL DURANTE PERÍODO PANDÊMICO: O TELETRABALHO COMO REGRA PARA O FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS FEDERAIS REPRESENTA UMA QUEBRA DE PARADIGMA?

Santos, A. J.¹; Ribeiro, R. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O presente projeto tem o objetivo de compreender os reflexos positivos e negativos da pandemia no sistema judiciário, em especial na esfera federal, demonstrando quais foram as medidas adotadas para minimizar os efeitos derivados da crise mundial. Antes de adentrar nos reflexos da pandemia no contexto judiciário, é extremamente importante contextualizar o momento atual do mundo, visto que no último ano, o cenário mundial foi completamente impactado por conta da disseminação do Coronavírus (Covid 19), atingindo e modificando a vida de todas as classes, localidades e metodologias de trabalho e, também, o convívio social. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto generalizado do Coronavírus, o declarando como uma Emergência de Saúde Pública Internacional, considerado o mais alto nível de alerta da Organização, conforme conta no Regulamento Sanitário Internacional. No dia 11 de março de 2020, a Covid-19 foi de fato declarada como sendo uma pandemia, desde então a sociedade vive em alerta máximo devido ao alto risco de contágio, trata-se de um risco coletivo. A pandemia da Covid-19 trouxe consigo, além de devastação, severas mudanças em processos, restrição social, crise econômica, alterações nos modelos de trabalho, entre outros. Houve então a necessidade de ações e reações dos mais diversos setores para conseguir garantir a demanda da população, bem como a sequência de suas vidas. Evidentemente com o judiciário não foi diferente, visto que o isolamento social exigiu que o judiciário se manifestasse de maneira rápida e efetiva, seja no que tange a tramitação de seus processos ou na implantação de normas para regular o convívio social, a manutenção do emprego e a continuação da vida. Diante da necessidade de continuar a tramitação do trabalho no judiciário, o Conselho Nacional de Justiça implantou um Plantão Extraordinário através da Resolução 313 de 2020, em resumo, criou um padrão nacional de continuidade do funcionamento do Poder Judiciário em face do cenário pandêmico. Basicamente o regime de Plantão Extraordinário tem o objetivo garantir o acesso à justiça, respeitando os limites impostos de convívio para a prevenção do contágio pelo Coronavírus. Seguindo este caminho implantou-se no sistema judiciário o Trabalho Remoto, exigindo-se apenas o mínimo necessário de servidores em trabalho presencial, sendo a regra o Trabalho remoto e a exceção o trabalho presencial. Existem diversos entendimentos sobre o que seria o Trabalho remoto ou Teletrabalho, nessa pesquisa utilizaremos conceito disposto na Resolução nº 227/2016 que conceitua o Teletrabalho como modalidade de trabalho realizada de forma remota, com a utilização de recursos tecnológicos, portanto, sendo nessa definição requisito essenciais do Teletrabalho: regime de trabalho remoto ou a distância e o uso de ferramentas tecnológicas. O Conselho Nacional de Justiça criou a Resolução 314/2020 que além de ampliar o prazo de vigência da resolução 313, ainda estabeleceu regras diferenciadas de prazos processuais físicos. Os dois maiores entes do sistema judiciário, Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça também aderiram ao Trabalho Remoto. Inicialmente diversas discussões que trataremos ao longo da pesquisa foram arguidas, no entanto, fato é que atualmente já

possível identificar impactos positivos do Teletrabalho no Judiciário, como exemplo, no dia 17/05/2021 foram exibidos na Página do Superior Tribunal de Justiça os números pós-aderência do Teletrabalho, o STJ superou 798 mil decisões nesse período, um número extremamente relevante para o desfecho da pesquisa.

Palavras-Chave: teletrabalho; remoto; coronavírus.

A FORMA REMOTA, O TELETRABALHO DOS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA COMUM CRIMINAL ESTADUAL E A QUEBRA DO PARADIGMA DA JURISDIÇÃO TRADICIONAL EM MEIO À CRISE EPIDEMIOLÓGICA

Silva, L. V. J.¹; Ribeiro, R. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O ano de 2020 ficou marcado na história como um ano sombrio devido a chegada do Novo Coronavírus, vírus este com alta taxa de contágio e que pode ser letal para alguns. Em março de 2020 mais precisamente, todo o mundo se rendeu a uma Pandemia mundial e medidas para evitarem ainda mais a proliferação do vírus se mostraram necessárias, como por exemplo o isolamento ou distanciamento social. Muitos tiveram que se reinventar para a vida continuar e com o judiciário não foi diferente. A justiça brasileira, pilar do Estado democrático de Direito, existe para assegurar o direito de todos os cidadãos que durante a pandemia tiveram que se reorganizar e, assim, os magistrados deram continuidade a suas respectivas atuações adotando a medida do teletrabalho. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo instituiu o trabalho remoto, ficando suspenso o atendimento presencial das partes e operadores do direito, que continuou a ser feito remotamente por e-mail. As medidas estão no Provimento 2.549/20 e no Provimento 2.550/20. No período de trabalho do sistema remoto, são apreciadas, exclusivamente, as matérias previstas no artigo 4º da Resolução nº 313/20 do CNJ. A modalidade do teletrabalho e julgamentos virtuais vem sendo a alternativa adotada para seguir com os processos e tem possibilitado a continuidade dos atos processuais apesar da situação de pandemia. Ademais, entrando especificamente na justiça comum Estadual Criminal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre muitas recomendações e resoluções implementou a recomendação de nº 62, de 17 de março de 2020 que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, trazendo como medidas, por exemplo, a adoção de providências com vistas à redução dos riscos na apuração de atos infracionais nas Varas da Infância e da Juventude, a aplicação preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e a revisão das decisões que determinaram a internação provisória, reavaliação de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, entre outras. Entretanto, é importante salientar que, enquanto o código de processo civil não possui óbice a prática de atos processuais, tomada de depoimentos e participação em julgamentos por videoconferência sem qualquer empecilho, o Código de processo penal assegura apenas a realização de videoconferência em audiências quando houver temor por parte da testemunha ou quando ela residir em outra localidade (arts. 217 e 222), ou o interrogatório do acusado quando houver risco à segurança pública, enfermidade ou questão grave de ordem pública (arts. 185, §2º). Neste sentido se tornou inviável, por exemplo, a apresentação de presos para audiências de custódia, cabendo aos juízes a análise documental da situação do preso, sem o ato formal de audiência, visto a não possibilidade da audiência virtual. Não somente por ocasião da Pandemia, mas por uma questão de avanço tecnológico, é importante que órgãos como o CNJ impulsionem a regulamentação das audiências por videoconferência, estabelecendo padrões a serem

observados pelos tribunais na realização de atos instrutórios, haja vista o desenvolvimento do sistema de Justiça Comum Brasileiro, com o trabalho dos órgãos da justiça comum criminal estadual, dos 1º e 2º graus de jurisdição e órgãos extraordinários. Portanto, importante salientar que mesmo diante do cenário de pandemia, ainda podemos contar com a atuação da justiça na busca pela segurança dos nossos direitos assegurados pela Constituição Federal.

Palavras-Chave: judiciário; pandemia; teletrabalho.

A FORMA REMOTA, O TELE TRABALHO NO TJ-SP, TRATA-SE DE UMA QUEBRA DE PARADIGMA DA JURISDIÇÃO PERANTE A CRISE SANITÁRIA MUNDIAL?

Oliveira, Y. A.¹; Ribeiro, R. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

Com o advento do surto do novo coronavírus (COVID 19) a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou em 11 de março de 2020 pandemia mundial. Foram mais de duzentos e noventa e um mil infectados e quase vinte mil mortos no Brasil em maio de 2020. Para a preservação da vida, fez-se necessária a adoção de medidas de distanciamento social, ponto relevante de análise, vez que neste contexto, o judiciário brasileiro precisou se reorganizar para preservar o acesso à justiça. Neste cenário, adotou-se a modalidade de teletrabalho. É importante destacar que não há diferença entre trabalho remoto e trabalho telepresencial, que possui como característica o exercício da atividade profissional, na maior parte do tempo fora das dependências do empregador e com a utilização de recursos tecnológicos. Apesar de aparentar uma inovação decorrente da pandemia mundial, o teletrabalho está previsto na Consolidação das leis do trabalho (CLT) desde 2011, em seu artigo 6º, que equipara o trabalho presencial com o trabalho remoto ou telepresencial. O judiciário incorporou o teletrabalho em 2016, com a resolução 226/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trouxe autonomia aos órgãos para determinarem as atividades que eram passíveis de trabalho remoto e a quantidade de servidores que seria destinada a esta modalidade de trabalho. O objetivo da presente pesquisa é entender de que forma a pandemia mundial poderá quebrar paradigmas e transformar o judiciário, utilizando a tecnologia para solucionar conflitos e modificar a maneira de trabalho do judiciário. O método utilizado é de análise dos dispositivos legais, como a carta magna, leis ordinárias, decretos, resoluções e recomendações, bem como o acompanhamento das notícias do portal de transparência do Tribunal de Justiça de São Paulo e artigos sobre o referido tema. Em 2017, com a reforma trabalhista, o teletrabalho ficou instituído nos moldes que se pratica atualmente, regulamentado no art. 75-B da CLT. O teletrabalho fora a alternativa mais viável para que fosse preservada a vida e segurança de servidores e magistrados, bem como os advogados, promotores e jurisdicionados. Desta forma, em março de 2020, foi publicada a Resolução do CNJ 313/2020, estabeleceu o regime de plantão extraordinário, onde os servidores, magistrados, estagiários e demais colaboradores das unidades judiciárias suspenderam suas atividades presenciais. Naquele momento não se imaginava que a pandemia perduraria no tempo, justificando o caráter emergencial da mesma. Ao decorrer do tempo foram renovadas as disposições, por meio da Resolução CNJ 314/2020, Resolução CNJ 318/2020. Neste período, a Corregedoria Geral de Justiça através do Comunicado CG 466/2020 autorizou os advogados que estivessem em carga de processos físicos os digitalizassem, demonstrando avanços com relação à digitalização de processos físicos. A preocupação com a população também foi pautada de discussão e melhoria, sendo criado o “balcão virtual”, advindo da resolução 372/2021 do CNJ, que visa atender de forma remota, nos mesmos moldes do atendimento presencial às dúvidas do público em geral. O TJ-SP, na modalidade de teletrabalho registrou 27,4 milhões de atos processuais, no período de março de 2020 a fevereiro de 2021 e os números apresentam melhora nos índices de produtividade, equiparando-se ao registrado antes da pandemia. Diante da evolução na produtividade e a diminuição de

custos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em abril de 2021 foi editada a Resolução 850/2021 que regulamenta o teletrabalho, demonstrando que o TJSP está se preparando para manter esse regime pós pandemia. Deste modo, apesar de parcial a análise, há fortes indícios que a pandemia transformou a forma de trabalhar do judiciário e este se utilizará da tecnologia e do teletrabalho corriqueiramente, impulsionando o projeto Justiça 4.0.

Palavras-Chave: teletrabalho; pandemia; judiciário.

EXTENSÃO E COMPETÊNCIA DOS DISCENTES DO CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA POR MEIO DA CRIAÇÃO DE AGÊNCIA EXPERIMENTAL PARA A DIVULGAÇÃO, ÉTICA E RESPONSÁVEL, DE EVENTOS E CAMPANHAS SOCIAIS

Lucki Junior, V.¹; Silva, F. C.¹; Rosa, L. R. R. G.¹; Martins, J. O.¹; Silva, R. A.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

A publicidade e propaganda é uma área importante direcionada para a divulgação mais efetiva de qualquer negócio. Conhecer suas diferentes formas fornece aos profissionais da área de comunicação condições de diferenciação no mercado. Porém, existem distintos tipos de campanhas publicitárias, sendo uma delas a causa social. As campanhas sociais são voltadas para divulgar o que é de interesse público, com o objetivo de instruir a população acerca de assuntos importantes como preservação do meio ambiente, obesidade, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, ansiedade, violência doméstica e qualquer outro tema de utilidade pública. Para diferenciar a publicidade de caráter social da publicidade de caráter comercial, é utilizado um aspecto principal: não são promovidos produtos e serviços do anunciante. Apenas é mostrada uma propaganda sobre um tema de interesse da sociedade que não tenha nenhuma ligação com comércio. Atualmente, a Estácio tem proposto um novo modelo de ensino (AURA), que visa a formação dos seus estudantes de maneira contextualizada, por meio de atividades lúdicas, habilidades e competências que cumpram bem o propósito de cada um de seus cursos para o mercado de trabalho. Para entender o problema de pesquisa é preciso considerar a seguinte pergunta: Apesar de algumas disciplinas do curso de Publicidade e Propaganda já terem seu plano de ensino modificado para o estudo de maneira mais contextualizada, ainda assim é importante a criação de oficinas de casos reais, para que os futuros profissionais de comunicação possam aplicar, na prática, a responsabilidade social em seus recém-adquiridos conhecimentos teóricos? A partir desse questionamento, são objetivos específicos da extensão: desenvolver habilidades e competências (saber fazer, como fazer e porque fazer) para a formação integral dos envolvidos; e estimular o trabalho interdisciplinar e o cuidado com a comunicação por parte do corpo discente do curso de Publicidade e Propaganda. Estes objetivos podem ser alcançados por meio de um trabalho de divulgação de eventos acadêmicos e campanhas a favor da vida, contribuindo para o cuidar da população local com a abordagem de temas como a importância da vacinação e problemas gerados pelo contexto pandêmico que estamos vivendo na atualidade (como a ansiedade, depressão e síndrome do pânico). Com relação à metodologia, todas as abordagens e tomadas de decisões da agência de Publicidade e Propaganda da Estácio de Cotia estão pautadas em conhecimento científico e conduta ética. As atividades são realizadas por meio de campanhas de causa social, elaboradas pelos alunos membros da agência, em forma de produção audiovisual (vídeos tutoriais, vídeos de campanha e podcasts), criação de peças para mídias impressas e criação de páginas temáticas em redes sociais e organização de eventos. A criação de uma agência experimental para a comunicação de atividades de diferentes cursos, eventos e campanhas de cunho social gera um enorme impacto na formação dos alunos e na região onde o campus está inserido, da mesma forma como é imprescindível que as faculdades de medicina e enfermagem estendam suas atividades de ensino para hospitais reais (hospitais universitários), para que os estudantes de comunicação apliquem seus conhecimentos

teóricos e aprendam com a realização de campanhas de verdade. Na agência experimental, o corpo discente do curso de Publicidade e Propaganda passou a atuar em casos reais de campanhas sociais e demandas de divulgação de eventos e atividades acadêmicas dos cursos do campus Estácio Cotia, havendo oportunidades de ação, ética e responsável, na idealização, criação, divulgação/promoção e direção das campanhas realizadas. Na primeira etapa do projeto de extensão, a agência realizou um vídeo informativo sobre o problema da ansiedade; participou de campanha de arrecadação de alimentos para famílias carentes e campanha para atendimento gratuito na orientação de declaração de imposto de renda; produziu anúncios para eventos acadêmicos (Semana do Empreendedorismo, palestra do Núcleo de Apoio de Atendimento Psicopedagógico, live sobre ser mãe e mercado de trabalho, Evento jurídico (live) entre pesquisadores do Brasil e Argentina); e desenvolveu páginas temáticas, sociais e culturais, em redes sociais.

Palavras-Chave: agência experimental; campanha social; publicidade e propaganda.

COMUNICAÇÃO DE MARKETING DE UMA REDE DE FAST-FOOD E SEU PÚBLICO-ALVO: UM ESTUDO SOBRE O CONSUMIDOR DO BURGER KING

Sestini, M. A. C.¹; Souza, P. F.¹; Veronese, K. G.¹; Peçanha, L. C. N.¹

¹ Universidade Anhembi Morumbi – UAM – SP

A comunicação de marketing, maneira como a empresa mostra seu posicionamento e sua identidade, sofre grandes impactos devido ao cenário de um mundo digital sem fio, onde consumidores são ativos e não dependem somente das informações recebidas: vão atrás, procuram, interagem, envolvem-se, opinam e dão likes ou dislikes, muitas vezes numa comunicação de mão-dupla. Talvez, com isso, nenhuma área de marketing esteja se alterando tão rapidamente como a comunicação, que precisa se adaptar às necessidades das gerações atuais, cada vez mais conectadas em redes sociais, adotando novos canais para divulgação de seu produto e fortalecimento de sua marca. Isso leva ao seguinte problema de pesquisa: A comunicação de marketing adotada, recentemente, atinge o público-alvo jovem? Para responder a essa pergunta, o objetivo geral deste trabalho foi identificar a reação desse consumidor frente à comunicação de marketing. Os objetivos específicos foram detectar os canais mais utilizados pelo público-alvo, sua participação nas buscas e número de seguidores nas redes sociais. Para tal fim, selecionou-se o Burger King, cujo público-alvo é o jovem entre 19 e 24 anos das classes A e B. No Brasil desde 2004, sua missão é “Ser a marca de fast food preferida, mais rentável, com pessoas talentosas e forte presença nacional”. Este estudo pode ser classificado como de natureza descritiva com abordagem quantitativa. Os dados primários foram coletados entre 26 e 27 de abril de 2021 por meio de um questionário contendo 10 questões fechadas, hospedado no Google Forms. Os secundários foram obtidos em redes sociais e Google Trends. O Burger King possui 1,8 milhões de seguidores no Instagram e 7,8 milhões de curtidas no Facebook. No Facebook Audience, há concentração maior entre 25 e 34 anos, sendo a maioria mulher solteira que possui ou faz curso de graduação. No Google Trends, há média de interesse de busca no último ano de 17%, abaixo dos 25% de seu maior concorrente, mas superando-o e atingindo o pico de 100% na última semana de outubro de 2020, reação extremamente positiva à promoção do Dia das Bruxas, que viralizou por meio de multiplicação de memes. Entretanto, estes números são decorrentes de consumidores de apenas três estados da região Sudeste e dois da região Sul. A pesquisa de campo teve 108 respondentes, que compuseram a amostra pré-teste selecionada por facilidade de acesso. O perfil foi de 72,2% do sexo feminino, 53,8% da faixa etária de 18 a 24 anos e 67% de graduados. Do total, 28,6% não são influenciados por propaganda e 63,8% são às vezes. As redes sociais (Instagram e Facebook) são consideradas para 58,3% os canais publicitários mais efetivos, seguidas por comerciais televisivos ou em plataformas digitais (50,5%). A periodicidade mensal de consumo foi para 37,1% de uma a duas vezes, 21% de três a quatro, 9,5% de cinco a seis e 32,4% eventualmente. Entretanto, o Burger King seria a primeira opção apenas para 31,5%. Mesmo assim, 63,8% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o hamburger e 57,1% consideram que recebem bom ou excelente atendimento. Por último, 46,6% estão dispostos a pagar entre 20 e 29,99 reais e 43,7% até 19,99 reais. A partir destes dados é possível concluir que os números de seguidores são expressivos nas redes sociais, mas não se pode afirmar que a comunicação de marketing atingiu principalmente seu público-alvo, pois envolveu majori-

tariamente, no Facebook Audience, uma faixa etária um pouco mais velha. Por outro lado, o alcance de média de interesse máximo no Google Trends mostra uma estratégia de promoção bem-sucedida, que misturou uma comunicação efetiva com o preço que o público-alvo está mais inclinado a pagar. Entretanto, ao atingir apenas cinco estados do Brasil, vai de encontro à sua missão de presença nacional. Destaca-se, como limite desse estudo, que os dados não podem ser generalizados para a população, pois por ser um pré-teste, a amostra não foi selecionada aleatoriamente. Todavia, contribuem para estudos futuros que investiguem a comunicação de marketing frente ao público-alvo mais jovem.

Palavras-Chave: comunicação; marketing; público-alvo; fast-food.

EFICIÊNCIA DE LEITOS CULTIVADOS NO TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Oliveira Junior, A.¹; Campos, J. M.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

O esgoto, de uma forma geral, se tornou um dos principais problemas de contaminação dos rios, e com isso a água vem se tornando um bem que deve ser tratado de forma racional. Os resíduos industriais e residenciais em sua maioria são lançados nos córregos e rios sem nenhum tratamento, causando a poluição das águas e a proliferação de doenças na população; os impactos desse problema podem ser minimizados se o esgoto for tratado adequadamente. O sistema de leitos cultivados é uma alternativa eficiente no tratamento das águas residuárias, uma vez que podem ser utilizados no processo secundário para a remoção de poluentes, e que apesar de serem técnicas de fácil construção, e de baixo custo de manutenção e operação, no Brasil esse método ainda é pouco utilizado, quando comparado a outros países. No Brasil o tratamento de águas residuárias por leitos cultivados ainda é pouco utilizado, e pelo fato de existirem várias configurações de leitos com macrófitas, meio suporte, e tipos de fluxos variados, não existe uma norma que defina qual tipo de sistema é mais adequado para cada finalidade. Levando em consideração essas questões, este estudo analisa a eficiência de remoção de poluentes, em relação ao tipo de fluxo e de macrófitas utilizados em cada sistema. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a eficiência de tratamento de esgoto sanitário por leitos cultivados. A pesquisa foi realizada utilizando base de dados conceituadas, sendo os dados coletados da bibliografia armazenados em planilhas do Microsoft Excel 2010. Os estudos realizados nesta pesquisa demonstraram que o nível de eficiência na remoção de poluentes varia de acordo com o tipo de macrófita e de fluxo do sistema de leito cultivado utilizado. Cada configuração de leito se mostrou mais eficiente na remoção de um determinado tipo de poluente. Neste trabalho foram avaliados os efeitos sobre demanda química de oxigênio (DQO), nitrogênio total Kjeldahl (NTK), nitrito, nitrato e fósforo total. Dos autores estudados, 75,0% utilizaram o fluxo subsuperficial horizontal em seus leitos cultivados o que sugere que este fluxo é mais eficiente na remoção dos poluentes de interesse, uma vez que é o mais utilizado pelos autores. O fluxo subsuperficial vertical foi usado pelos autores em 18,8% dos casos estudados, e o fluxo superficial em apenas 12,5%. Quanto a macrófita, a mais utilizada nos sistemas estudados foi a taboa (*Typha sp.*, *Typha angustifolia* ou *Typha latifolia*) em 56,3% dos casos. A taboa é uma macrófita facilmente encontrada em várias regiões do Brasil e do mundo, o que pode ser o motivo de sua vasta utilização, além de possuir boas taxas de remoção de poluentes em leitos cultivados. Com os dados obtidos neste estudo, foi possível concluir que o sistema de leito cultivado mais utilizado foi o de fluxo subsuperficial horizontal, porque se mostrou mais eficiente em relação aos outros tipos de fluxo pelo fato do fluxo ser mantido abaixo da superfície, o que evita a produção de odores. Quanto à espécie de macrófita, a mais utilizada e com melhores resultados de remoção de poluentes na revisão bibliográfica realizada foi a taboa (*Typha sp.*, *Typha angustifolia* ou *Typha latifolia*).

Palavras-Chave: tratamento de esgoto sanitário; leitos cultivados; macrófitas.

PROJETO DIFIMTEC: DIVULGAÇÃO DE FERRAMENTAS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, MATERIAIS E TÉCNICAS DA ENGENHARIA CIVIL, ATRAVÉS DA INTERAÇÃO ACADEMIA-SOCIEDADE NA CIDADE DE CARAPICUÍBA – SP

Rodrigues, D. C.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A pandemia da COVID-19 ocasionou o aumento no número de pequenas reformas, devido aos moradores passarem mais tempo em casa e buscarem lares mais confortáveis neste período de distanciamento social. Em razão da instabilidade econômica e orçamentos mais baixos, muitas pessoas optaram por pequenos reparos e reformas no estilo “faça você mesmo”. O Projeto DifimtEC está sendo desenvolvido no curso de Engenharia Civil na Faculdade Estácio de Carapicuíba – SP, e fortalece a relação academia-sociedade local/regional através de grupos de compartilhamento de informações, atualidades e dúvidas relacionadas à construção civil, em plataformas/redes sociais. Nas plataformas, serão disponibilizados vídeos expositivos e interativos de curta duração, e materiais escritos em linguagem simples e acessível, abordando situações do cotidiano (p. ex. colocação de piso, assentamento de tijolo, instalações elétricas, segurança na obra, entre outros). A frequência prevista de postagem é de uma publicação diária. Os comentários serão abertos e livres para a comunidade, assim, qualquer pessoa pode participar da discussão dos assuntos postados, bem como encaminhar dúvidas. Até o presente momento, houve a divulgação do projeto de extensão para os discentes via sala de aula remota, e-mails, mensagens em grupos de Whatsapp, postagens no Microsoft Teams, publicações e status em redes sociais (Facebook e Instagram). O projeto também conta com a participação de ex-alunos, docentes e ex-professores da instituição de ensino. A captação e seleção dos discentes extensionistas ocorre de forma contínua, sendo estes separados de acordo com suas áreas de conhecimento e interesse. A etapa de elaboração de estratégias para a divulgação e postagem dos conteúdos para a comunidade local e regional (p.ex.: frequência e período das postagens, tamanho das postagens, formatação, padronização, responsáveis pelas dúvidas encaminhadas, entre outros) foi finalizada. O desenvolvimento do logotipo, bem como a abertura dos grupos do Projeto DifimtEC nas plataformas digitais Facebook e o Instagram, ocorreu na segunda semana de junho de 2021. O lançamento para a comunidade local/regional está previsto para a quarta semana de junho de 2021. O número de discentes, ex-alunos, docentes e ex-professores atualmente impactados é de 22 pessoas. Devido ao fato de as plataformas digitais ainda não estarem ativas, o número de pessoas das comunidades local e regional impactadas é nula. Acredita-se que, nas próximas semanas, devido à finalização do semestre letivo e ao lançamento do projeto nas plataformas digitais, o número de discentes impactados aumente, bem como o de pessoas da comunidade local/regional.

Palavras-Chave: construção civil; engenharia; pandemia; plataforma digital; reforma.

MODELAGEM NÚMÉRICA APLICADA AO ESTUDO DO PERFIL DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL NA CIDADE DE CARAPÍCUIBA

Oliveira, J. F.¹; Silva, R. A. M.¹; Fontoura, C. E. S.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

De acordo com os dados do Balanço Energético Nacional, a eletricidade é a forma de energia mais utilizada no Brasil. Para unidades consumidoras do grupo B, que são caracterizadas por consumidores residenciais atendidos em tensão inferior a 2,3 kV, a tarifação de energia é feita baseando-se no consumo e no sistema de bandeiras tarifárias vigente no período. O sistema de bandeiras tarifárias entrou em vigor em 2015 e tem como objetivo sinalizar mensalmente ao usuário o custo de produção da energia. Ao utilizar a energia elétrica de forma racional e consciente, o consumidor ajuda a evitar a escassez e economiza na conta de luz. O mecanismo de bandeiras tarifárias permite que o custo, antes repassado ao consumidor apenas no reajuste anual, seja cobrado a cada mês. Foram definidos três níveis de bandeiras: Verde, Amarela e Vermelha. As bandeiras refletem a variação do custo da geração de energia, quando ele acontece. Quando a bandeira está verde, as condições hidrológicas para geração de energia são favoráveis e não há qualquer acréscimo nas contas. Se as condições são um pouco menos favoráveis, a bandeira passa a ser amarela e há uma cobrança adicional, proporcional ao consumo, na razão de R\$ 1,50 por 100 kWh (ou suas frações). Já em condições ainda mais desfavoráveis, a Bandeira fica vermelha e o adicional cobrado passa a ser proporcional ao consumo na razão de R\$ 4,00 por 100 kWh (ou suas frações) para a bandeira vermelha - patamar 1; e na razão de R\$ 6,00 por 100 kWh (ou suas frações) para a bandeira vermelha - patamar 2. A esses valores, são acrescentados os impostos vigentes. Em vista dos fatos mencionados acima, fica claro que devido ao impacto financeiro do consumo de energia elétrica no orçamento familiar, a realização de estudos que visam o entendimento da evolução e do modo como este consumo é realizado são de extrema importância, pois fornecem aos usuários uma ferramenta para promover uma mudança de comportamento na direção de uma postura de eficiência energética e uso racional de energia. O presente trabalho se insere exatamente nesse contexto e tem por objetivo apresentar uma descrição do perfil do consumo de energia elétrica em residências situadas na cidade de Carapicuíba (SP). A metodologia empregada para a realização desse estudo foi baseada em três etapas: (1) Revisão bibliográfica sobre o assunto. (2) Coleta de dados, a partir de um formulário digital, sobre o consumo de energia elétrica anual em kW/h de cerca de 35 residenciais da cidade de Carapicuíba (SP) e (3) Realização de um estudo de correlação para verificar colinearidades. Junto as contas de energia, foram coletados dados dessas residências sobre sete variáveis predictoras apontadas na literatura como as que mais influenciam no consumo de energia elétrica residencial, e são elas, número de cômodos da residência; escolaridade entre os responsáveis pela família; renda média familiar; número de adultos na família, considerados a partir de 13 anos de idade; número de crianças na família, até 12 anos de idade e tipo de sistema de geração de energia elétrica. Os coeficientes de correlação linear de Pearson entre as sete variáveis predictoras e o consumo de energia elétrica foram analisados para se presumir possíveis colinearidades entre as variáveis hipoteticamente associadas ao consumo de energia familiar. Dessa análise conclui-se que existe uma forte correlação entre número de adultos e o consumo

de energia elétrica. Como desdobramentos futuros deste trabalho, esperamos desenvolver um estudo sobre previsão de demanda energética por regressão linear múltipla e redes neurais artificiais. A utilização desse tipo de modelagem numérica é de grande interesse atual, pois fornece para os consumidores de energia elétrica da região uma ferramenta que pode auxiliar na coleta de informações relevantes para serem usadas no desenvolvimento de propostas de intervenção educacional no tratamento da temática "Educação em Energia".

Palavras-Chave: energia elétrica; consumo; residencial.